

BALANÇO FEMINISTA
ANTIRRACISTA DO
LEGISLATIVO FEDERAL

**MULHERES E
RESISTÊNCIA**
NO CONGRESSO
NACIONAL 2021



MULHERES E RESISTÊNCIA

NO CONGRESSO NACIONAL 2021

Balanço Feminista Antirracista do Legislativo Federal

SUMÁRIO

- 03** Apresentação
- 07** Contexto do Congresso Nacional em 2021
- 13** Análise geral dos 555 projetos sobre direitos das mulheres noticiados pelo Radar Feminista no Congresso Nacional em 2021
- 23** Perspectivas para 2022
- 25** Projetos sobre direitos das mulheres noticiados pelo Radar Feminista no Congresso Nacional: um olhar por temas
 - 25** Aborto
 - 35** Direitos sexuais e direitos reprodutivos
 - 39** Saúde das mulheres
 - 44** Violência contra as mulheres
 - 51** Poder e política
 - 57** Trabalho e previdência
 - 62** Educação e pesquisa
 - 66** LGBTQIA+
 - 69** Direitos humanos
- 74** Um rápido olhar sobre os requerimentos e indicações noticiados pelo Radar Feminista no Congresso Nacional em 2021
- 75** Anexo • Legislações aprovadas

APRESENTAÇÃO

Há mais de 30 anos, o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) faz o monitoramento das proposições de interesse das mulheres no Congresso Nacional. Nas últimas legislaturas, ano a ano, anunciamos os retrocessos a que estamos sendo submetidas com a eleição de parlamentares cada vez mais conservadores e que defendem propostas contrárias aos direitos sociais das trabalhadoras e dos trabalhadores, das mulheres, da população negra, dos povos indígenas e quilombolas e da população LGBTQIA+.

Vale destacar que, mesmo ainda em um número muito aquém da real representação das mulheres na sociedade, em 2018, vimos um aumento de 51% na representação política das mulheres na Câmara Federal. Foram 77 eleitas, o que corresponde a meros 15% do total de 513 ⁽⁰¹⁾.

A presença de parlamentares negras e negros também é um outro ponto importante da equação e da resistência interna. Ainda que o número de eleitas e eleitos tenha crescido em relação a 2014, o grupo continua sub-representado na Câmara dos Deputados em relação ao tamanho da população. De 2014 para 2018, houve um aumento no número de deputados federais pardos e pretos. Há quatro anos, eram 103 congressistas; em 2018, foram 125 eleitos. No Senado, em 2014, eram cinco pardos e nenhum preto. Em 2018, foram eleitos 11 pardos e três pretos ⁽⁰²⁾. As mulheres têm uma pequena fatia nesse crescimento: em 2010, eram

● ● ● ● ●

01 Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), para a Câmara Federal, em 2018, foram eleitas 77 parlamentares, um aumento de 51% em relação ao último pleito, quando foram escolhidas 51 mulheres. Já nas assembleias legislativas, foram eleitas 161 representantes, o que representa um crescimento de 41,2% em relação a 2014, quando foram escolhidas 114 mulheres para o cargo de deputada estadual.

02 Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/direitos-humanos/so-4-dos-eleitos-em-outubro-sao-negros-eram-107-das-candidaturas-em-2018/>>. Acesso em: 14 mar. 2022.

três. No pleito de 2014, 12 se elegeram. Em 2018, foram 13 eleitas ⁽⁰³⁾.

Apesar da real potência da resistência de parcela das deputadas eleitas (ou reeleitas) que se identificam com a defesa das pautas e demandas feministas e antirracistas por igualdade de direitos, ainda é desproporcional essa presença diante do crescimento também, a cada legislatura, de representantes conservadores e fundamentalistas. São representantes de setores de igrejas, da bancada da bala, do agronegócio e do grande capital financeiro, que atuam na contramão do que defendem os movimentos de mulheres, negros, indígenas, de trabalhadores do campo e da cidade, das florestas e das águas.

Ou seja, o pequeno aumento qualitativo da representação de parlamentares dispostos a defender os direitos humanos da população brasileira e resistir ao desmonte dos direitos e das políticas públicas não freou o crescimento das bancadas conservadoras nesta legislatura e, conseqüentemente, não freou sua ação contra estes e outros direitos.

Vale destacar que o crescimento da representação feminina também se deu no espectro conservador. Mais mulheres deste campo foram eleitas e, na Câmara e no Senado, atuam contrariamente aos direitos das próprias mulheres, apoiando, por exemplo: (I) as tentativas de derrubar a política de cotas; (II) a criminalização das mulheres pela prática do aborto; e (III) o negacionismo em relação às vacinas.

O aumento do conservadorismo e as constantes mudanças dos ritos parlamentares – dificultando os debates, os questionamentos, os pedidos de revisão, as emendas e outros instrumentos processuais (tendência crescente desde a era Cunha à frente da Câmara dos Deputados) – têm au-



03 Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/10/20/interna_politica,713916/subrepresentada-bancada-de-mulheres-negras-crescera-30-em-2019.shtml>. Acesso em: 14 mar. 2022.

mentado a dificuldade de fazer os direitos avançarem, com a necessidade premente de concentrar esforços na defesa dos direitos já conquistados. É isso o que ativistas dos movimentos de mulheres e negros e parlamentares pró-direitos têm feito, em grande medida.

No CFEMEA, optamos por centrar esforços em informar e impulsionar ações de incidência dos movimentos feministas e de mulheres sobre o Congresso Nacional, além de trabalharmos para a sustentabilidade do ativismo na linha do autocuidado e do cuidado coletivo entre ativistas, aliadas ao campo progressista, na tentativa de resistir diante de um governo fascista, articuladas na **Frente Parlamentar Feminista Antirracista com Participação Popular**. Para nós, não haverá transformação sem a organização coletiva e antissistêmica das mulheres em todo o país.

O Radar Feminista no Congresso Nacional, publicado semanalmente, informa as assessorias, as organizações de mulheres e feministas e as ativistas parceiras sobre as proposições no campo dos direitos das mulheres que foram apresentadas ou tramitaram. O Radar tem como base as informações do nosso Sistema de Monitoramento do Legislativo Federal, mantido mediante parceria com o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP). Anualmente, compilamos essas informações em Balanços.

O ano de 2021 foi tão movimentado que lançamos **Mulheres e Resistência no Congresso Nacional – Balanço do 1º semestre de 2021**. Agora, publicamos este Balanço anual, com uma análise do ano no Congresso, focada nos direitos das mulheres.

Ao todo, foram 711 proposições no campo dos direitos das mulheres noticiadas em 43 edições do Radar Feminista no Congresso Nacional, aí incluídos 156 diferentes tipos de requerimentos e indicações, além dos 555 projetos propriamente ditos.

O Balanço traz uma análise geral do Congresso Nacional e dos 555 projetos noticiados, além de um olhar sobre essas propostas, organizadas por grandes temas: (I) aborto; (II) direitos sexuais e direitos reprodutivos; (III) saúde das mulheres; (IV) violência contra as mulheres; (V) poder e política; (VI) trabalho e previdência; (VII) educação e pesquisa; (VIII) LGBTQIA+; e (IX) direitos humanos.

Pela importância do tema do aborto e para evidenciar a forma como é tratado, nós o analisamos separadamente dos temas de direitos sexuais e direitos reprodutivos e de saúde das mulheres. Embora estejam no mesmo campo, as estratégias parlamentares são diferentes para cada um deles. Aborto é o nosso tema prioritário de análise; por isso, é o mais detalhado.

Diante de tantos desafios colocados, esperamos que o presente Balanço contribua para fortalecer a resistência das mulheres aos retrocessos em curso e nos inspire a seguir resistindo. Estamos no fim desta legislatura e vale lembrar que, em outubro deste ano, teremos, mais uma vez, a chance de mudar o perfil do Congresso Nacional e das assembleias legislativas de todo o país. Isso para não falar dos executivos.

Que o presente Balanço contribua também para munir a ação de resistência com informações para organizarmos e reivindicarmos plataformas políticas feministas antirracistas para as candidaturas que se dizem comprometidas com a igualdade de gênero e de raça e etnia.

CONTEXTO DO CONGRESSO NACIONAL EM 2021



Os dois últimos anos foram desafiadores no mundo e no Brasil. Vivemos os impactos da pandemia sob a gestão de um governo autoritário e antidireitos. Um governo que promove uma política de morte ⁽⁰⁴⁾, baseada na negação da gravidade sanitária da pandemia da Covid-19, na difusão do pensamento negacionista, na disseminação de *fake news* e que coloca, acima de tudo, o “lucro sobre vidas”. A demora proposital na compra de vacinas e a falta de um plano nacional coordenado para a pandemia são dois exemplos dessa política.

O contexto de 2021 ajuda a entender como a agenda das mulheres foi tratada no Congresso Nacional. Tivemos a **CPI da Pandemia**, que dominou parte do debate público até o meio do segundo semestre. Seu relatório final deixa nítido que o governo criou políticas “equivocadas, ineficientes e intermitentes” e que há evidências de atos de corrupção de altos representantes do governo entre o início da pandemia e março de 2021. E o mais importante: 120 mil mortes ⁽⁰⁵⁾ poderiam ter sido evitadas – só no primeiro ano da pandemia – se a atuação tivesse seguido o exemplo de outros governos e aderisse às recomendações internacionais.

Porém, o que vimos foi exatamente o contrário: a tentativa de desqualificar a seriedade do problema, a corrupção na compra tardia de vacinas e o negacionismo generalizado. Isso sem falarmos da falta de investimentos no SUS, sistema público de saúde que foi tão fundamental para minimizar os efeitos da Covid mesmo sem o apoio do governo federal e sob a regência do teto dos gastos em saúde, introduzido pela EC 95/2016, que limita os investimentos em saúde e educação. Medida que sequer foi revista, diante da existência de uma pandemia avassaladora, como foi a da Covid. A perda de quase 700 mil vidas de brasileiras e brasileiros no país não comoveu governantes do campo bolsonarista e ajudou a normalizar a indiferença de parcela da população com as vidas perdidas e que poderiam ter sido evitadas.

Mesmo com todas as evidências de descaso, mau uso dos recursos públicos e genocídio, apontadas em detalhes no relatório final da CPI,



04 Para o filósofo camaronês Achille Mbembe, necropolítica é o poder de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Com base no biopoder e em suas tecnologias de controlar as populações, o “deixar morrer” se torna aceitável. Mas não aceitável a todos os corpos. O corpo “matável” é aquele que está em risco de morte a todo instante devido ao parâmetro definidor primordial da raça. Usamos “política de morte” como uma variação do mesmo conceito.

05 Disponível em: <<https://anistia.org.br/informe/120-mil-mortes-teriam-sido-evitadas-com-medidas-preventivas/>>. Acesso em: 14 mar. 2022.

o Executivo federal não foi devidamente responsabilizado por seus atos. E os mesmos descabimentos se repetiram no processo de vacinação infantil contra a Covid-19, com declarações contra a vacina e questionamentos sobre a sua necessidade para essa faixa etária, novamente sem consequências.

As condições de vida das mulheres pioraram vertiginosamente desde o início deste governo ⁽⁰⁶⁾. A condução desastrosa do governo bolsonarista frente à Covid-19 é ainda mais cruel para as mulheres das classes populares, negras e indígenas, que estão sujeitas a múltiplas formas de discriminação e exploração. As taxas de feminicídio cresceram exponencialmente durante a pandemia, num contexto em que o Estado incentiva o ódio e a violência patriarcal ⁽⁰⁷⁾.

A população indígena sofre com invasões de mineradoras e grileiros de terra em seus territórios. Os processos de demarcação de terras indígenas estão sob ataque no Parlamento e no Judiciário. Os crimes ambientais correm soltos, há permissão e incentivo para a violência no campo, nos territórios de comunidades e povos originários, violando corpos de meninas indígenas. Novamente a violência sexual patriarcal etnocida desde a época do Brasil colônia, atuando para exterminar os povos originários.

Diante disso, o governo tem respondido com o “vamos aproveitar e passar a boiada”: despejos, liberação de porte de armas, incentivo ao extermínio dos povos nos territórios que defendem o meio ambiente e nossos bens comuns, trazendo à tona o tamanho da crise ambiental e social decorrente da ação criminosa do governo federal. Seja no âmbito do Legislativo ou via decretos do próprio Executivo federal, a boiada está passando por cima dos territórios e dos povos que lá estão, como denunciam insistentemente parentes indígenas, quilombolas, camponeses e demais povos das águas e florestas.



06 Segundo relatório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a pobreza e a extrema pobreza alcançaram, em 2020, na América Latina, níveis que não foram observados nos últimos 12 e 20 anos. Disponível em: <<https://bit.ly/3MCrtEG>>. Acesso em: 14 mar. 2022.

07 Os dados revelam um aumento de 3,7% de estupro de mulheres entre 2020 e 2021 no Brasil. Foram registrados 2.451 feminicídios e mais de 100 mil casos de estupro durante a pandemia. O levantamento é do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/violencia-contra-mulheres-em-2021/>. Acesso em: 14 mar. 2022.

As mulheres carregam os custos econômicos, sociais e emocionais deste momento histórico. Estamos cuidando das pessoas doentes, cuidamos das que morreram e seguimos cuidando das que sobreviveram, no meio do caos dos serviços públicos, que não davam conta da demanda.

O caráter misógino do atual governo e do Poder Legislativo é nítido e se coloca como um projeto político contra os direitos e a autonomia das mulheres. As pautas que acompanhamos, especialmente a do aborto, são usadas como moeda de troca para angariar apoio político dos setores conservadores e dos cristãos conservadores.

Desde 2020, a correlação de forças entre os poderes mudou. Ao contrário do que pregou em sua propaganda eleitoral de 2018, Bolsonaro se aliou aos partidos que compõem o “centro” político no Congresso Nacional. Longe de um espectro ideológico entre esquerda e direita, o denominado ‘Centrão’, com características populistas neoconservadoras e cada vez mais alinhadas a uma ultradireita, se consolidou como fiador do governo federal no último ano.

Com quase uma centena de pedidos de *impeachment* na mesa diretora ⁽⁰⁸⁾ e com a fragilidade política de Bolsonaro cada vez mais à prova, o governo precisou garantir concessões ao Centrão ⁽⁰⁹⁾ para se sustentar no poder. Foi assim com as emendas do relator, também conhecidas como **Orçamento Secreto** ⁽¹⁰⁾, que foram mantidas em 2021. Esta prática, iniciada em 2020, assegurava ao relator do orçamento destinar verbas públicas a projetos definidos por parlamentares, com falta de transparência quanto aos valores de cada repasse e quanto aos nomes dos parlamentares beneficiados.

Assim, o presidente teve apoio para algumas de suas promessas de campanha, como, por exemplo, para a liberação e o incentivo ao uso de armas, objeto de inúmeras propostas.

Em 2021, a agenda bolsonarista ganhou força no debate sobre a ampliação do acesso às armas e a concessão de aumento para as carreiras militares. E, apesar de não ter colocado a questão do aborto como uma

08 Veja sistematização feita pela Pública. Disponível em: <<https://apublica.org/impeachment-bolsonaro/>>. Acesso em: 14 mar. 2022.

09 Falamos mais desta relação no balanço anterior. Disponível em: <<https://www.cfemea.org.br/index.php/noticias/4931-cfemea-apresenta-publicacao-com-balanco-semestral-do-congresso-sobre-direitos-das-mulheres>>. Acesso em: 14 mar. 2022.

10 Matéria do jornal Brasil de Fato sobre o Orçamento Secreto. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/11/09/o-que-e-o-orcamento-secreto-entenda-o-esquema-criado-por-bolsonaro-e-lira-no-congresso>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

das suas prioridades para o Legislativo, há uma expectativa de que as bancadas mais conservadoras (conhecidas pela sigla BBB: Bíblia, Bala e Boi) tentem emplacar algumas das proposições críticas sobre os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, como listado pelo governo na sua [Agenda Legislativa prioritária de 2022](#). Além disso, busca angariar mais poderes para esses segmentos tanto dentro do Congresso quanto em suas igrejas, suas fazendas e seus batalhões.

A rotina no Parlamento é a falta de diálogo de grande parte dos parlamentares com os movimentos sociais, que sai apresentando propostas sem uma discussão mais coletiva com as populações diretamente beneficiadas ou interessadas no projeto a ser apresentado. Temos destacado essa questão na avaliação das propostas apresentadas no campo dos direitos das mulheres.

Um exemplo recente do quanto de complicações “boas intenções” podem trazer é o debate em torno do [PL nº 3422/2021](#), que dispõe sobre a prorrogação do prazo de vigência da Lei de Cotas, apresentado pelo deputado Valmir Assunção (PT/BA) e por mais 39 deputadas e deputados do PT. Muitos setores do movimento negro questionam sua pertinência, chamando a atenção para o fato de que a lei atual não determina prazo para a política.

O deputado Kim Kataguirí (DEM/SP) apresentou o [PL nº 4125/2021](#), que altera a [Lei nº 12.711/2012](#), a fim de dispor que as cotas para ingresso nas universidades públicas federais serão destinadas exclusivamente aos estudantes de baixa renda, excluindo o recorte racial.

Com essa proposta, recoloca em pauta um debate travado e superado anos atrás pelos movimentos negros e antirracistas: a importância de se reconhecer e enfrentar o racismo com medidas específicas para alterar esse quadro de violação e inacessibilidade às escolas e universidades públicas e privadas pela população negra. A permanência das cotas raciais é hoje um campo real de ameaça ao campo conservador devido à garantia da presença de estudantes negras e negros nas instituições de ensino no país.

Em meados de 2021, também houve ameaça de retrocessos em relação às cotas femininas para as candidaturas. A relatora da Comissão de Reforma Política da Câmara, Renata Abreu (Podemos/SP), tentou pautar o fim da obrigatoriedade do cumprimento, pelos partidos, da cota de 30% nas eleições. A proposta não foi aprovada; porém, iniciamos o ano de 2022 novamente sob ameaças.

A PEC nº 18/2021, que dispõe sobre a destinação de recursos em campanhas eleitorais, entre outras coisas, anistia os partidos que não tiverem utilizado os percentuais mínimos de financiamento de campanhas de mulheres e de promoção e difusão da participação política de mulheres. Além disso, prevê que não serão aplicadas sanções de qualquer natureza aos partidos que não preencheram a cota mínima de gênero ou de raça ou que não destinaram os valores mínimos correspondentes a essas finalidades em eleições ocorridas antes da promulgação da emenda. A relatora da matéria na Comissão Especial, deputada Margarete Coelho (PP/PI), tem se manifestado de forma ambivalente em relação a essas propostas.

Como veremos na análise por temas, 2021 foi um ano de retrocessos nas agendas mais estruturais. Embora não tenhamos nenhum grande retrocesso na legislação em temas como aborto e laicidade, na prática, a vida das mulheres está pior. Cresceram a miséria e o desemprego, que afetam principalmente as mulheres negras. No entanto, o Congresso parece não estar preocupado com isso.

A baixa execução orçamentária denuncia o boicote concreto deste governo às políticas para as mulheres, como demonstra um estudo do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC). Para se ter uma ideia da gravidade, segundo o levantamento, em 2020 não foram gastos 70% dos recursos voltados para o enfrentamento da violência contra as mulheres ⁽¹¹⁾.

Temos muito o que avançar no diálogo entre o Congresso e a sociedade. E temos a convicção de que, no contexto de 2022, é preciso avançar na representação política das mulheres para que os nossos direitos avancem. Não precisamos só eleger mulheres na interseccionalidade de toda a sua diversidade – mulheres negras, indígenas, LBTIA+ –, mas também firmar com elas o compromisso de luta por uma vida mais digna para todas nós, aliando a política de presença com a política de ideias.



11 Disponível em: <<https://outraspalavras.net/crise-brasileira/inesc-os-numeros-do-boicote-as-politicas-para-mulheres/>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

ANÁLISE GERAL DOS 555 PROJETOS SOBRE DIREITOS DAS MULHERES NOTICIADOS PELO RADAR FEMINISTA NO CONGRESSO NACIONAL EM 2021

Em 2021, foram noticiados 555 projetos no campo dos direitos das mulheres pelo Radar Feminista no Congresso Nacional. Isso sem falar de 156 diferentes tipos de requerimentos e indicações que também foram citados.

Ao analisarmos as informações, vamos trabalhar com os projetos propriamente ditos – projetos de lei, decretos legislativos, resoluções, leis complementares e propostas de emenda constitucional.

451

PROJETOS FORAM
APRESENTADOS
EM 2021.

104

PROJETOS SÃO DE ANOS
ANTERIORES E TIVERAM ALGUMA
MOVIMENTAÇÃO EM 2021.

469

PROJETOS TÊM
ORIGEM
NA CÂMARA.

86

PROJETOS
TÊM ORIGEM
NO SENADO.

TIPOS DE PROJETOS

A esmagadora maioria dos 555 projetos noticiados no Radar são projetos de lei: 512 ao todo, 437 tramitando na Câmara e 75 no Senado. A tendência de apresentar projetos de decreto legislativo (PDL) para tentar frear as ações do governo federal se manteve: foram 22 em 2021.

RADAR FEMINISTA NO CONGRESSO NACIONAL DIREITOS DAS MULHERES: 555 PROJETOS NOTICIADOS EM 2021			
TIPOS DE PROJETOS	CÂMARA	SENADO	TOTAL
PL (projeto de lei)	437	75	512
PDL (projeto de decreto legislativo)	18	4	22
PRC ou PRS (projeto de resolução)	7	5	12
PLP (projeto de lei complementar)	5	0	5
PEC (proposta de emenda constitucional)	2	2	4
TOTAL	469	86	555

FONTE: CFEMEA (MARÇO/2022).

TEMAS

O tema da violência contra as mulheres novamente foi destaque, com 244 projetos noticiados no Radar, seguido pelos temas sobre saúde das mulheres (77), poder e política (56) e trabalho e previdência (50).

RADAR FEMINISTA NO CONGRESSO NACIONAL DIREITOS DAS MULHERES: 555 PROJETOS NOTICIADOS EM 2021			
TEMAS	CÂMARA	SENADO	TOTAL
Violência contra as mulheres	214	30	244
Saúde das mulheres	63	14	77
Poder e política	42	14	56
Trabalho e previdência	43	7	50
Direitos humanos	26	5	31
Direitos sexuais e direitos reprodutivos	25	2	27
Aborto	22	4	26
Educação e pesquisa	20	4	24
LGBTQIA+	14	6	20
TOTAL	469	86	555

FONTE: CFEMEA (MARÇO/2022).

Ao observarmos o conjunto dos projetos, chamou a atenção o fato de que grande parte trata de ações pontuais ou tem semelhanças com propostas já em tramitação. São poucas as propostas que contribuem de forma significativa para o desmonte das estruturas sexistas e racistas e a construção de relações de igualdade em bases sólidas. Também parece haver pouco diálogo com o Executivo para garantir a implementação de políticas públicas.

Constatamos que a criminalização e a punição seguem sendo uma tendência de nossos legisladores. São inúmeras as propostas, em diferentes campos, que aumentam penas, criam tipos penais e criminalizam condutas, como se vigiar e punir fosse a única e a mais eficiente forma de “resolver” problemas.

Desde 2019, o tema da violência contra as mulheres é campeão de projetos ⁽¹²⁾. No Balanço do primeiro ano da legislatura, levantamos algumas hipóteses para o aumento do número de propostas nesse tema. Dentre elas: (I) o desmonte da política em nível nacional, com corte na maior parte das ações orçamentárias; (II) a dissolução da Secretaria de Políticas para as Mulheres; (III) a falta do Plano Nacional de Enfrentamento, com compromissos dos estados e municípios; e (IV) a própria perspectiva que os parlamentares (mulheres e homens) têm sobre o problema, pois apostam em medidas mais pontuais, ao invés de ações transversais e de longo prazo.

Os projetos sobre o tema da violência contra as mulheres, na sua grande maioria, são desarticulados de uma proposta de políticas públicas mais geral que enfrente o problema na sua complexidade. E, como veremos neste Balanço, este não é um problema específico deste tema.

Na questão da violência, há também um cruzamento importante que coloca em risco a vida das mulheres: a facilitação do acesso às armas, uma das prioridades do presidente e da sua base de apoio no Congresso. No primeiro semestre de 2021, 32 proposições que tratavam do tema sobre armas foram noticiadas pelo Radar.

O debate sobre armamentos se concentrou no primeiro semestre de 2021. Foram 26 projetos de decreto legislativo apresentados com



12 “A quantidade de projetos de lei que tratam da violência contra a mulher apresentados na Câmara dos Deputados saltou neste ano em comparação com 2015, primeiro ano da legislatura passada. Até o início de julho, foram ao menos 145 sobre o tema na Casa. Em todo o ano de 2015, foram em torno de 50”. Matéria da Folha. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/07/camara-ve-explosao-de-projetos-para-combater-violencia-contra-mulheres.shtml>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

o objetivo de sustar a liberação das armas. Até o fechamento deste Balanço, os 16 PDL apresentados na Câmara ⁽¹³⁾ ainda estavam “aguardando despacho do presidente da Câmara dos Deputados”. Outros 10 estavam no Senado desde abril de 2021, “prontos para a pauta” e com parecer pela rejeição.

O Radar noticiou também cinco projetos de lei apresentados na Câmara, todos eles facilitando o acesso às armas ⁽¹⁴⁾. E um no Senado, apresentado pela senadora Eliziane Gama (Cidadania/PA) ⁽¹⁵⁾, para vedar doações em dinheiro para campanhas eleitorais procedentes de pessoas físicas ligadas à indústria e ao comércio de armas e munições, a clubes e a associações de tiro ⁽¹⁶⁾.

Apesar da total falta de políticas transversais de gênero e raça, o debate sobre a violência contra a população negra esteve presente no Congresso Nacional em algumas situações. A chacina do Jacarezinho mobilizou deputadas e deputados, que apresentaram requerimentos para a constituição de uma comissão externa ⁽¹⁷⁾ para acompanhar os graves acontecimentos sobre a letal operação da polícia na favela do Jacarezinho, no Rio de Janeiro, que contém fortes indícios de chacina. As propostas, até o fechamento deste Balanço, seguem aguardando sua criação. E os episódios de violência policial seguem se repetindo.

Também há um silêncio do Estado em relação à intersecção entre o tema da violência contra as mulheres e o da violência racial. Racismo este que se manifesta de forma dramática nos números da violência letal quando verificamos que as mulheres negras compõem 62% das vítimas de mortes por agressão, mas que também se manifesta de diversas outras formas ⁽¹⁸⁾.



13 Como dissemos no último Balanço, parlamentares estão usando os PDL para tentar pressionar o governo e rever sua posição em alguns temas. No entanto, a maior parte dos projetos para por falta de vontade política da Presidência da Câmara ou do Senado.

14 PL nº 864/2021, PL nº 476/2021, PL nº 556/2021, PL nº 671/2021 e PL nº 696/2021.

15 É também da senadora Eliziane Gama o projeto de resolução que propõe a criação da Frente Parlamentar pelo Desarmamento, transformado na Resolução do Senado Federal nº 14, de 14 de abril de 2021. Já a Sugestão nº 1/2021, para assegurar o direito de que os brasileiros possuam e portem armas de fogo livremente, aguarda parecer na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

16 PL nº 479/2021.

17 REQ nº 982/2021 e REQ nº 984/2021.

18 Disponível em: <https://www.geledes.org.br/violencias-invisiveis-dados-sobre-violencia-contra-mulher-negra/?gclid=CjwKCAiA4KaRBhBdEiwAZiIzzhrHUIt0mzMgYIPe1OKcH-jC4ddFzkKU7CWGbX-DJqLQikRs5H1iIDxoC2W8QAvD_BwE>. Acesso em: 15 mar. 2022.

Apesar disso, como veremos no Radar, há um grande interesse do Parlamento no tema da violência contra as mulheres. Ele segue sendo campeão em número de propostas apresentadas, mantendo a tendência que observamos desde 2019.

No campo da laicidade, nenhum retrocesso no Legislativo foi aprovado, embora o governo tenha seguido com o desmonte por intermédio de portarias. O mesmo ocorreu no campo dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, uma das nossas principais preocupações. Com o retrocesso da lei sobre o aborto no Texas ⁽¹⁹⁾ e avanços em vários países vizinhos ⁽²⁰⁾, havia um receio de que os projetos ainda mais restritivos nesse campo avançassem no Congresso, o que não aconteceu.

A nossa hipótese é que restringir completamente o aborto no Brasil ainda é uma medida polêmica até para o Congresso. Segundo pesquisa de 2020 do Instituto Locomotiva e da Agência Patrícia Galvão ⁽²¹⁾, 82% da população concorda que o aborto deve ser permitido em caso de estupro. Mesmo assim, o tema do aborto continua mobilizando as bancadas conservadoras do Congresso e motivando perseguição às organizações que debatem o direito à interrupção voluntária da gravidez, o direito ao aborto.

Dentre as pautas que avançam nos direitos existentes, “enfrentamento ao câncer” e “gestação e parto” continuam sendo os temas de interesse das deputadas e dos deputados, tendência que se repete todos os anos. Em geral, os projetos nessa área objetivam garantir melhores condições de acesso ao sistema de saúde, ao tratamento e ao parto, bem como à ampliação de serviços. Também é importante mencionar a mobilização significativa em torno do tema da dignidade menstrual e dos projetos que tentaram garantir o acesso gratuito a absorventes íntimos.

Como dissemos na análise de contexto, os projetos sobre poder e representação política das mulheres também tiveram destaque, incluindo algumas tentativas de retroceder nas conquistas sobre cotas e sobre o acesso ao Fundo Eleitoral.

● ● ● ● ●
19 Mais sobre a lei. Disponível em: <<https://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho/dsr/tribunal-americano-derruba-bloqueio-e-lei-antiaborto-do-texas-volta-a-ser-autorizada/>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

20 Matéria sobre os avanços nas legislações sobre aborto na América Latina. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/humanista/2021/09/27/descriminalizacao-do-aborto-em-paises-latinos-da-esperancas-para-o-brasil-seguir-os-mesmos-passos/>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

21 Para ver a pesquisa, acesse: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/percepcoes-sobre-estupro-e-aborto-previsto-por-lei-instituto-patricia-galvao-locomotiva-2020/>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

PARTIDOS

Na divisão por partidos, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) é o partido com maior número de projetos noticiados pelo Radar, considerando Câmara e Senado, com 73 propostas. O PSDB lidera também na Câmara, com 72 projetos. No placar geral, o Partido dos Trabalhadores (PT) ocupa a segunda posição, com 67 projetos noticiados, seguido do Partido Social Liberal (PSL), com 51 propostas, e do Republicanos, com 43 projetos noticiados.

Se atualizarmos a lista partidária e incluirmos o União Brasil, resultado da recente fusão do PSL com o DEM, ele assume o segundo lugar geral, com 72 projetos, e na Câmara, com 67 propostas.

No Senado, o destaque fica com o MDB, com 17 projetos noticiados, seguido por Rede Sustentabilidade, com 15 propostas, em segundo lugar graças à atuação do senador Fabiano Contarato.



RADAR FEMINISTA NO CONGRESSO NACIONAL
DIREITOS DAS MULHERES: 711 PROPOSIÇÕES NOTICIADAS EM 2021

PARTIDOS	CÂMARA	SENADO	TOTAL
Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)	72	1	73
Partido dos Trabalhadores (PT)	57	10	67
Partido Social Liberal (PSL)	49	2	51
Republicanos (PR)	42	1	43
Movimento Democrático Brasileiro (MDB)	25	17	42
Partido Democrático Trabalhista (PDT)	29	2	31
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	25	5	30
Partido Liberal (PL)	21	5	26
Podemos	16	7	23
Partido Progressista (PP)	20	2	22
Democratas (DEM)	18	3	21
Cidadania*	9	10	19
Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)	17	0	17
Partido Social Democrático (PSD)	17	0	17
Rede Sustentabilidade (Rede)	1	15	16
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	10	1	11
Partido Social Cristão (PSC)	9	0	9
Partido Republicano da Ordem Social (PROS)	6	2	8
Partido Comunista do Brasil (PCdoB)	4	2	6
Avante	6	0	6
Partido Verde (PV)	5	0	5
Solidariedade	5	0	5
Patriota	2	0	2
Partido da Mulher Brasileira (PMB)	1	0	1
Outras autorias**	3	1	4
TOTAL	469	86	555

FONTE: CFEMEA (MARÇO/2022).

* Inclui uma proposta do antigo Partido Popular Socialista (PPS), que se transformou em Cidadania.

** Duas propostas foram apresentadas pelo Executivo, uma por comissões e uma pelo E-Cidadania.

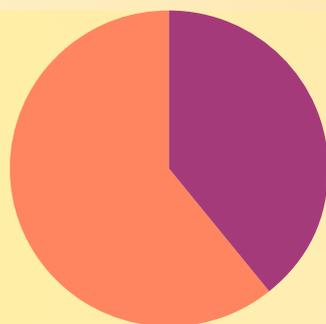
AUTORIAS

As mulheres são responsáveis por 211 projetos noticiados pelo Radar Feminista em 2021; os homens, por 340 projetos. Quatro propostas têm outras origens: Executivo (2), Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (1) e E-Cidadania (1).

RADAR FEMINISTA NO CONGRESSO NACIONAL
DIREITOS DAS MULHERES: 555 PROJETOS NOTICIADOS EM 2021

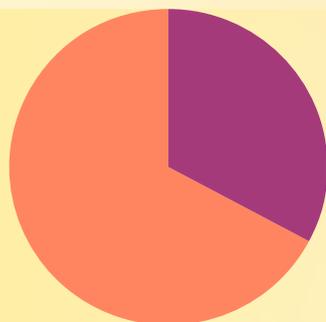


CÂMARA
457
PROJETOS



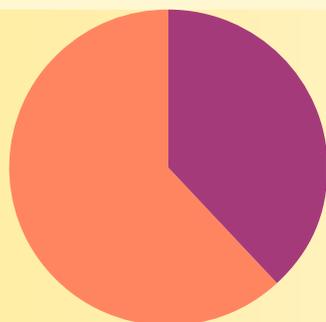
180 PROJETOS
277 PROJETOS

SENADO
94
PROJETOS



31 PROJETOS
63 PROJETOS

TOTAL
551
PROJETOS



211 PROJETOS
340 PROJETOS

FONTE: CFEMEA (MARÇO/2022).

OBSERVAÇÃO: quatro propostas têm outras origens: Executivo (2), Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa/Câmara dos Deputados (1) e E-Cidadania/Senado Federal (1).

QUEM SE DESTACOU?

A deputada Rejane Dias (PT/PI) foi a mais noticiada pelo Radar Feminista, com 12 projetos, concentrados nos temas sobre violência contra as mulheres (8) e saúde das mulheres, com medidas de apoio ao tratamento do câncer de mama (5). Chris Tonietto (PSL/RJ) aparece em segundo, com 11 propostas, seguida das deputadas Tabata Amaral (PSB/SP) e Tia Eron (Republicanos/BA), com 9 projetos cada, e de Talíria Petrone (PSOL/RJ) e Rosângela Gomes (Republicanos/RJ), com 8 projetos cada uma.

Na Câmara, em 2021, continuamos chamando a atenção para a atuação contrária aos direitos das mulheres da deputada Chris Tonietto (PSL/RJ), pelo seu engajamento na pauta antiaborto. Foram 11 projetos noticiados pelo Radar Feminista. São 7 projetos que tratam do aborto, todos contrários aos direitos das mulheres. Outras propostas sustam a resolução que obriga o emprego da flexão de gênero ⁽²²⁾ ou proíbem o uso da linguagem neutra ⁽²³⁾.

Como destaques positivos, é importante citar as deputadas que compõem e apoiam a Frente Parlamentar Feminista Antirracista com Participação Popular: Alice Portugal (PCdoB/BA), Aurea Carolina (PSOL/MG), Érika Kokay (PT/DF), Jandira Feghali (PCdoB/RJ), Joenia Wapichana (REDE/RR), Lídice da Mata (PSB/BA), Luiza Erundina (PSOL/SP), Talíria Petrone (PSOL/RJ), Teresa Nelma (PSDB/AL), Vivi Reis (PSOL/PA) e as demais deputadas feministas antirracistas que, em diferentes espaços, tentam resistir ao avanço conservador, atuando em articulação com organizações feministas e de mulheres.

Entre os homens, a atuação do deputado Alexandre Frota (PSDB/SP) ainda nos surpreende, pela quantidade de proposições relacionadas às mulheres que ele apresentou. Em 2021, foram 44 projetos de lei, 28 deles no campo do enfrentamento da violência contra as mulheres. A maior parte “com boas intenções”, mas apresentados individualmente, sem diálogo com as organizações de mulheres e, muitas vezes, semelhantes a propostas já em tramitação. Lógica esta, por sinal, recorrente entre os parlamentares.



²² PDL nº 252/2021.

²³ PL nº 211/2021.

Em seguida, vêm os deputados Carlos Bezerra – com 13 projetos concentrados nos temas do trabalho e da previdência (4), da saúde das mulheres (3) e da violência contra as mulheres (3) – e Francisco Jr., com 9 projetos, que têm como focos a violência contra as mulheres (4) e a saúde das mulheres (3).

No Senado, Fabiano Contarato (REDE/ES) se destaca, com 15 propostas noticiadas pelo Radar Feminista. Além de ser o campeão da Casa, teve a maioria de seus projetos considerados como positivos, como o que prevê repouso remunerado para trabalhadoras em caso de interrupção da gravidez e o que garante a retificação gratuita do nome e do prenome nos documentos para pessoas trans.

Contarato se destaca na defesa da população LGBTQIA+ e é o único senador assumidamente *gay* desta legislatura. No entanto, no tema do aborto, ele tem um projeto considerado negativo: o [PL nº 1923/2019](#), que pode criminalizar ainda mais as mulheres que recorrem ao aborto, ao prever o crime de lesão corporal da vida humana intrauterina, inclusive na modalidade culposa. O senador Jorge Kajuru (Podemos/GO) aparece em segundo, com seis proposições noticiadas pelo Radar Feminista, quatro delas sobre o tema da violência contra as mulheres e duas sobre a saúde das mulheres.

Entre as mulheres, as senadoras Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Rose de Freitas (MDB/ES) e Simone Tebet (MDB/MS) aparecem no início da lista, com quatro projetos cada uma.



PERSPECTIVAS PARA 2022

A análise de risco político das pautas das mulheres em 2022 deve levar em consideração dois aspectos: o andamento dos projetos já em tramitação e a conjuntura política, que inclui as eleições do segundo semestre.

Nós manteremos o alerta no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, pois o eleitorado cristão conservador é alvo de disputa dos principais candidatos à presidência. Não é difícil lembrar que, nas eleições de 2010, a então candidata Dilma Rousseff cedeu às pressões e assinou um compromisso público contrário ao aborto. Fato que se repetiu nas eleições de 2014. Nada nos leva a crer que nas eleições de 2022 será diferente. O atual presidente e outros candidatos já se posicionaram contrários ao direito ao aborto e vão disputar o eleitorado conservador com essa pauta. Lula, recentemente, expressou que pretende tratar o tema como questão de saúde pública. Que assim seja. Esperamos que este debate permeie as campanhas e que o direito das mulheres decidirem seja defendido por candidatas e candidatos.

No Congresso Nacional, os holofotes se dirigem para a Bancada da Bíblia, que congrega parlamentares evangélicos, católicos e alguns espíritas e tem dado indicações de querer aproveitar o momento eleitoral para avançar na aprovação de suas pautas. Passaram parte desta legislatura sendo pacientes com o seu aliado na Presidência da República e fortalecendo a agenda neoliberal de Paulo Guedes e companhia, mas sabemos bem que estão na fila para negociar seus acordos políticos em troca de garantir a base necessária para Bolsonaro tentar uma reeleição.

O risco da reeleição de Bolsonaro ou da realização de uma terceira via também pela direita, vai alicerçando mais e mais o crescimento do fascismo no sistema político e a influência do bolsonarismo como fenômeno que se espalha pela sociedade e pela política, amplificando o pensamento conservador nos espaços de poder e política.

As pesquisas demonstram a preferência do eleitorado por Lula, mas muito ainda pode acontecer. Nós nos preocupamos com o risco de que, em nome de uma ampla aliança para derrotar o fascismo, as pautas da

maioria da população reivindicadas pelos movimentos feministas, negros e indígenas sejam proteladas, classificadas como pautas menores e específicas, sem o devido reconhecimento de que, sem o enfrentamento das desigualdades de gênero e de raça, não é possível uma sociedade com justiça e que propague os direitos humanos da população.

E, para além disso, os próprios candidatos de esquerda não dão sinais de que terão algum tipo de compromisso com a pauta feminista e antirracista. Por isso, é importante que fortaleçamos as candidaturas feministas e antirracistas, fortalecendo as mulheres (e os homens) que se colocam na disputa eleitoral, a partir desse compromisso, para atuação tanto no Legislativo Federal quanto nas assembleias estaduais.

No Congresso Nacional, o alerta deve se manter até meados de julho. Depois disso, a pré-campanha estará a todo vapor e as atividades parlamentares praticamente ficarão suspensas até o fim das eleições, quando o Congresso volta a funcionar e se organizar para a transição da nova legislatura, em 2023.

Seguiremos atuando para que o aumento da representação feminina e negra seja para candidatas compromissadas com as pautas feministas antirracistas e dos direitos humanos, para que atuem em defesa da democracia e contra todas as formas de opressão.

O CFEMEA fortalecerá essa ação mediante análises, pesquisas e campanhas para dar visibilidade à pauta de poder e política para as mulheres.

O ano de 2022, em especial o segundo semestre, estará tomado pela centralidade de um processo eleitoral cujos cenários distintos podem propiciar a ocorrência: (I) de uma tentativa de autogolpe (um discurso recorrentemente anunciado por Bolsonaro); e (II) de um aumento de casos de violência política, com a perseguição de candidatas, como mulheres jovens, negras e LBTI+. Ao mesmo tempo, existe a possibilidade de que ocorram ataques para que não se realize o retorno do ex-presidente Lula à Presidência da República.

Novamente, tende a acontecer a invisibilidade das pautas autonomistas, que lutam pelo direito à vida das mulheres, da população negra e indígena, o que coloca muitos desafios para a luta organizada das mulheres, das negras, negros e indígenas.

Nós, do CFEMEA, seguiremos juntas aos movimentos e às organizações de mulheres na defesa da democracia, pelos direitos das mulheres e contra o fascismo.

PROJETOS SOBRE DIREITOS DAS MULHERES NOTICIADOS PELO RADAR FEMINISTA NO CONGRESSO NACIONAL: UM OLHAR POR TEMAS

Neste bloco, vamos olhar os 555 projetos noticiados pelo Radar Feminista, detalhando em subtemas as propostas apresentadas nos grandes temas – aborto, direitos sexuais e direitos reprodutivos, saúde das mulheres, violência contra as mulheres, poder e política, trabalho e previdência, educação e pesquisa, LGBTQIA+ e direitos humanos. Para isso, identificaremos quais partidos e parlamentares apresentaram os projetos e aqueles e aquelas que se colocaram contra os direitos das mulheres ou contra a defesa e a promoção desses direitos.

ABORTO

Em 2021, foram noticiados, pelo Radar Feminista no Congresso Nacional, 26 projetos que tratam do tema do aborto.

16

PROJETOS FORAM APRESENTADOS EM 2021.

10

PROJETOS SÃO DE ANOS ANTERIORES E TIVERAM ALGUMA MOVIMENTAÇÃO EM 2021.

22

PROJETOS TÊM ORIGEM NA CÂMARA.

04

PROJETOS TÊM ORIGEM NO SENADO.

TIPOS DE PROJETOS

Os 19 projetos de lei são a maioria das propostas, seguidos de 6 projetos de decreto legislativo e de 1 proposta de emenda constitucional.

RADAR FEMINISTA NO CONGRESSO NACIONAL ABORTO: 26 PROJETOS NOTICIADOS EM 2021			
TIPOS DE PROJETOS	CÂMARA	SENADO	TOTAL
PL (projeto de lei)	16	3	19
PDL (projeto de decreto legislativo)	5	1	6
PEC (proposta de emenda constitucional)	1	0	1
TOTAL	22	4	26

FONTE: CFEMEA (MARÇO/2022).

Atualmente, tramita na Câmara e no Senado mais de uma centena de proposições que tratam do aborto. Esse tema é monitorado a partir de várias entradas: (I) no debate sobre a reprodução humana assistida, com a proibição do descarte de embriões, sob a justificativa de que estaríamos tirando uma vida ⁽²⁴⁾; (II) nas discussões sobre o Pacote de Segurança Pública, ao incluir proposta que proíbe a progressão de pena no caso de aborto ⁽²⁵⁾; e (III) nas sessões sobre a estabilidade no emprego ⁽²⁶⁾ ou sobre licenças-paternidade e maternidade ⁽²⁷⁾. A maior parte das propostas apresentadas é no sentido de restringir direitos. Esse perfil se manteve em relação aos 26 projetos apresentados em 2021.

SUBTEMAS

Entre as propostas apresentadas no tema do aborto, o subtema “criminalização e punição” é o primeiro da lista (com 10 projetos no total), seguido por “normas, portarias e notas” (com 6 propostas) e por “direito à vida desde a concepção” (5 projetos) e “reafirmação do direito ao aborto (4 projetos).



24 [PL nº 4664/2001.](#)

25 [PL nº 6333/2019.](#)

26 [PL nº 3783/2008.](#)

27 [PL nº 7122/2017.](#)

**RADAR FEMINISTA NO CONGRESSO NACIONAL
ABORTO: 26 PROJETOS NOTICIADOS EM 2021**

SUBTEMAS	CÂMARA	SENADO	TOTAL
Criminalização e punição	9	1	10
Normas, portarias e notas (Executivo federal)	5	1	6
Direito à vida desde a concepção	4	1	5
Reafirmação do direito ao aborto	3	1	4
Agitação e propaganda contra o aborto	1	0	1
TOTAL	22	4	26

SUBTEMAS DETALHADOS	CÂMARA	SENADO	TOTAL
Criminalização e punição	9	1	10
Aumento da pena ou criação de novos tipos	5	1	6
Obrigatoriedade de BO	1	0	1
Proíbe utilização de embriões	1	0	1
Revogação artigo 128 do Código Penal	1	0	1
Proíbe a realização de aborto via telemedicina	1	0	1
Normas, portarias e notas - Executivo Federal	5	1	6
Susta portaria MS - 13/2021	1	1	2
Susta Portaria MS 2561/2020	1	0	1
Susta Recomendação 29, do CNDH	2	0	2
Susta Resolução 617/2019, do CNS	1	0	1
Direito à vida desde a concepção	4	1	5
Revoga o artigo 5 da Constituição Federal	1	0	1
Estatuto da gestante	0	1	1
Estatuto do Nascituro	3	0	3
Reafirmação do direito ao aborto	3	1	4
Políticas saúde sexual e direitos reprodutivos	1	0	1
Prioridade assistência ao aborto legal	1	0	1
Licença remunerada e retorno à função após aborto	0	1	1
Zona de proteção estabelecimentos realizam aborto	1	0	1
Agitação e propaganda contra o aborto	1	0	1
Institui Semana Nacional de Celebração da Vida	1	0	1
TOTAL	22	4	26

O quadro de propostas não é nada favorável às mulheres. Projetos que: (I) aumentam as penas para o crime de aborto ⁽²⁸⁾; (II) criminalizam quem fizer “campanhas de incentivo ao aborto” ⁽²⁹⁾; (III) tornam obrigatória a apresentação de boletim de ocorrência (BO) para a realização de aborto decorrente de violência sexual ⁽³⁰⁾; (IV) instituem a Semana Nacional de Celebração da Vida ⁽³¹⁾; (V) proíbem qualquer forma de manipulação experimental, comercialização e descarte de embriões humanos ⁽³²⁾; (VI) instituem o Estatuto do Nascituro ⁽³³⁾; (VII) incluem como condição qualificadora o aborto provocado por cônjuge ou companheiro ⁽³⁴⁾; e (VIII) instituem o Dia Nacional do Nascituro ⁽³⁵⁾ se juntam a mais de uma centena já em tramitação que vão no mesmo sentido – restringir o direito ao aborto.

Foram poucas as propostas que defendem esse direito. Além dos inúmeros projetos de decreto legislativo que sustentam medidas do Executivo, o **PL nº 791/2021**, de autoria do senador Fabiano Contarato (Rede/ES), altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para que, em caso de interrupção da gravidez, a empregada tenha assegurado um repouso remunerado de duas semanas e o direito de retornar à função que ocupava antes de seu afastamento.

PARTIDOS

Em relação ao tema do aborto, o Partido Social Liberal (PSL) se destaca, com 11 projetos noticiados pelo Radar. Em segundo lugar aparecem PT, PSOL e Rede, com dois projetos cada.

O campeão de projetos é o Partido Social Liberal (PSL), graças à ação conservadora de Chris Tonietto (PSL/RJ), responsável por sete desses projetos, todos eles tentando restringir ou eliminar o direito ao aborto no Brasil. Em seguida, aparecem PSOL e PT, com projetos que tentam defender os direitos já existentes. Nessa pauta, fica bem nítida a polarização entre a direita e a esquerda, já que esses partidos representam polos opostos no debate.



28 [PL nº 2125/2021.](#)

29 [PL nº 2451/2021.](#)

30 [PL nº 232/2021.](#)

31 [PL nº 1521/2021.](#)

32 [PL nº 299/2021.](#)

33 [PL nº 434/2021.](#)

34 [PL nº 4148/2021.](#)

35 [PL nº 2611/2021.](#)

**RADAR FEMINISTA NO CONGRESSO NACIONAL
ABORTO: 26 PROJETOS NOTICIADOS EM 2021**

PARTIDOS	CÂMARA	SENADO	TOTAL
Partido Social Liberal (PSL)	11	0	11
Partido dos Trabalhadores (PT)	1	1	2
Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)	2	0	2
Rede Sustentabilidade (Rede)	0	2	2
Podemos	0	1	1
Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)	1	0	1
Partido Comunista do Brasil (PCdoB)	1	0	1
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	1	0	1
Cidadania	1	0	1
Movimento Democrático Brasileiro (MDB)	1	0	1
Partido Liberal (PL)	1	0	1
Partido Social Democrático (PSD)	1	0	1
TOTAL	21	4	25

FONTE: CFEMEA (MARÇO/2022).

OBSERVAÇÃO 1: uma proposição foi apresentada pelo Executivo.

OBSERVAÇÃO 2: Avante, DEM, Patriota, PDT, PP, PR, PROS, PSB, PSC, PV e Solidariedade não tiveram projetos noticiados nesse tema.

AUTORIAS

No tema aborto, as mulheres são autoras de 11 projetos, e os homens, de 14 projetos. Um projeto é de autoria do Executivo.

**RADAR FEMINISTA NO CONGRESSO NACIONAL
ABORTO: 26 PROJETOS NOTICIADOS EM 2021**

MULHERES HOMENS



FONTE: CFEMEA (MARÇO/2022).

OBSERVAÇÃO: um projeto é de autoria do Executivo.

QUEM SE DESTACOU?

Chris Tonietto (PSL/RJ) se destaca no Legislativo como uma das principais opositoras do direito ao aborto no Brasil. Em 2021, o Radar Feminista noticiou sete projetos de sua autoria, todos restringindo os direitos das mulheres nesse campo.

Apresentados em 2021, foram três projetos de lei e um projeto de decreto legislativo. Quase todos já tiveram movimentação, o que indica que estão surtindo algum resultado as pressões recorrentes que parlamentares conservadores estão fazendo no sentido de impulsionar essa pauta.

- O **PL nº 434/2021**, que institui o Estatuto do Nascituro, foi apensado ao PL nº 478/2007, que trata do mesmo tema e tramita com 20 outros projetos apensados, vários deles da própria Tonietto. Mais adiante detalhamos as movimentações em relação ao Estatuto do Nascituro que foram destaque no ano passado.
- O **PL nº 1515/2021** busca vedar a realização de qualquer procedimento de natureza abortiva na modalidade de “telemedicina”. Teve designado como relator, na Comissão dos Direitos da Mulher, o deputado Diego Garcia (Podemos/PR), parceiro da deputada Chris Tonietto na tentativa de proibir totalmente ou, ao menos, reduzir o direito ao aborto no Brasil. Não há dúvida de que o parecer será favorável à proposta.
- O **PL nº 299/2021** procura proibir qualquer forma de manipulação experimental, comercialização e descarte de embriões humanos. Foi apensado ao **PL nº 1184/2003**, que dispõe sobre a reprodução humana assistida e tramita com outras 23 propostas apensadas. O PL nº 1184/2003 aguarda o parecer do relator na Comissão de Justiça e Cidadania. Não é coincidência que esse bloco de proposições, que trata de temas tão sensíveis para as mulheres, também esteja nas mãos do deputado Diego Garcia.

- O **PDL nº 375/2021** foi apresentado com o objetivo de sustar os efeitos da **Resolução nº 617/2019, do Conselho Nacional de Saúde**, sob o argumento de que a proposta defende a garantia do aborto legal e os direitos sexuais e reprodutivos. Aguarda despacho da mesa diretora. Para além de apresentar propostas legislativas, a deputada Chris Tonietto tem recorrentemente apresentado proposições que tentam interferir em outros órgãos, na tentativa de impedir debates e resoluções que defendam os direitos sexuais e os direitos reprodutivos.

Três projetos de lei apresentados por Tonietto em anos anteriores tiveram movimentação no ano de 2021.

- O **PL nº 580/2020** prevê a aplicação da extraterritorialidade incondicionada aos crimes dolosos contra a vida quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil, punindo o aborto mesmo quando realizado em um país em que ele seja legal. A proposta aguarda ser analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), com parecer do relator, o deputado Paulo Eduardo Martins (PSC/PR), pela aprovação.
- O **PL nº 1945/2020** aumenta a pena em caso de aborto realizado em razão de microcefalia ou de qualquer outra anomalia ou malformação do feto. Foi apensado ao **PL nº 4403/2004** e aguarda parecer do relator, o deputado Pastor Eurico (PATRI/PE), na CCJC. O parecer deve ser contrário aos interesses das mulheres.

As duas propostas são opostas. O PL nº 4403/2024, de autoria da deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ) e de mais oito deputados e deputadas, isenta de pena a prática de “aborto terapêutico” em caso de anomalia do feto que acarrete a impossibilidade de vida extrauterina. Já o PL nº 1945/2020, da deputada Chris Tonietto, pune ainda mais o aborto nesses casos.

- O **PL nº 2893/2019** revoga o artigo 128 do Código Penal, extinguindo, portanto, os dois permissivos legais (caso de risco de vida para a mãe e gravidez resultante de estupro). Aguarda parecer do relator, o deputado Fábio Trad (PSD-MS), na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER), da Câmara dos Deputados. A proposta é mais uma tentativa de proibir totalmente o aborto no Brasil, mas sugestões nesse sentido têm gerado reações inclusive no próprio Parlamento e, até o momento, não conseguiram prosperar. Segue a pressão para que o mesmo aconteça com este PL.

MOBILIZAÇÃO EM TORNO DO PL Nº 478/2008 (ESTATUTO DO NASCITURO)

O Estatuto do Nascituro esteve em pauta em 2021, com a realização de seminário e audiência pública sobre a proposta e seus apensados. O seminário, coordenado por Chris Tonietto, reuniu somente falas favoráveis ao Estatuto do Nascituro. Já a audiência pública, resultante de requerimento apresentado pelo relator da matéria na CMULHER, o deputado Emanuel Pinheiro Neto (PTB/MT), trouxe falas da área jurídica que se posicionaram fortemente contra a proposta.

O tema deve seguir em debate neste primeiro semestre de 2022, com a realização da audiência pública solicitada por deputadas contrárias à proposta ⁽³⁶⁾. O PL nº 478/2007 e seus 20 apensados serão analisados na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER), na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) e na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Estarão sujeitos a deliberação pelo Plenário. O regime de tramitação é o ordinário.

REAÇÃO AOS AVANÇOS EM DSDR

Em 2021, ganhou força o monitoramento dos setores conservadores em relação a pequenos avanços nessa pauta em diferentes espaços, que se refletiram em propostas legislativas.

Foi o caso, por exemplo, da **Recomendação nº 29/2021**, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, para a adoção de medidas que garantam a mulheres e meninas o acesso aos serviços de assistência à interrupção legal da gravidez via telemedicina. A resolução provocou a apresentação de dois projetos de decretos legislativos para sustar a decisão (**PDL nº 612/2021** e **PDL nº 613/2021**).

Já a **Resolução nº 617/2019**, do Conselho Nacional de Saúde, pelas liberdades democráticas, pelos direitos sociais e em defesa do direito à saúde, provocou a apresentação do **PDL nº 375/2021**, de autoria da deputada Chris Tonietto (PSL/RJ). Ela tenta sustar a decisão, argumentando que o documento defende a garantia do aborto legal, os direitos sexuais e reprodutivos e a autonomia das mulheres na decisão do método contraceptivo, bem como a garantia das cirurgias transexualizadoras.

Somente dois projetos procuram, de alguma forma, defender o direito ao aborto nos casos já previstos em lei.

- O **PL nº 4297/2020** dispõe sobre a criação de uma zona de proteção no entorno dos estabelecimentos de saúde que prestam o serviço de aborto legal e serviços que prestam atendimento especializado a mulheres vítimas de violência sexual.
- Já o **PL nº 3391/2019** dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, para dispor sobre a prioridade na assistência psicológica às mulheres que sofreram aborto espontâneo nos casos permitidos em lei ou na ocorrência de óbito perinatal.

REQUERIMENTOS E INDICAÇÕES NO DEBATE SOBRE O ABORTO

Como forma de pautar de maneira permanente o tema e agilizar a tramitação de propostas, parlamentares recorrem a requerimentos e indicações. Embora não signifiquem mudanças na legislação, eles nos ajudam a entender as estratégias das deputadas e dos deputados.

Foram 24 requerimentos e indicações noticiados pelo Radar em 2021.

A deputada Aline Sleutjes (PSL/PR), por exemplo, apresentou a [INC nº 570/2021](#), que sugere ao Ministério da Saúde o aperfeiçoamento do controle dos medicamentos abortivos. Já o [REQ nº 585/2021](#), da autoria de Filipe Barros (PSL/PR), reivindicava o despacho de proposições sobre a Mesa Diretora da Câmara, dentre elas o PL nº 2893/2019, que revoga o art. 128 do Código Penal, aquele que assegura a realização do aborto nos casos de risco de morte para a mulher e de gravidez decorrente de estupro.

Como forma de exercer pressão para que as propostas em torno do tema do aborto fossem debatidas, Chris Tonietto apresentou requerimentos para a realização de sessões solenes ⁽³⁷⁾, para pressionar a mesa diretora a distribuir os projetos ⁽³⁸⁾ e para a realização de seminário sobre o Estatuto do Nascituro ⁽³⁹⁾.

A deputada também tem atuado no sentido de provocar manifestações ou ações de outros órgãos sobre o tema, a exemplo da [INC nº 527/2021](#) (que sugere ao defensor público geral federal a criação de um grupo temático, no âmbito da Defensoria Pública da União, para fins de assistência jurídica e extrajudicial ao nascituro) e do [RIC nº 535/2021](#) (que requer informações do Ministério da Saúde sobre as medidas que tem adotado para impedir o uso da telemedicina para a realização do aborto).

Vários requerimentos também foram apresentados por Tonietto, em conjunto com o deputado Diego Garcia (Podemos/PR), para a realização de sessões solenes em homenagem à Semana Nacional da Vida e ao Dia do Nascituro, ao Dia da Criança por Nascer, aos 14 anos da “Marcha Nacional pela Vida”, ao Dia do Nascituro e ao Pró-Vida de

37 [REQ nº 286/2021](#) e [REQ nº 288/2021](#).

38 [REQ nº 597/2021](#).

39 [REQ nº 50/2021](#) e [REQ nº 307/2021](#).

Anápolis (⁴⁰). Trata-se de mais uma forma de ocupar os espaços institucionais com o tema.

Como contraponto a essa enxurrada de propostas no sentido de restringir direitos, vale destacar o **REQ nº 63/2021**, que solicita a adoção de providências cabíveis para apurar a denúncia de violação do direito ao aborto legal de uma menina vítima de estupro e violência institucional no interior de Minas Gerais. Foi um caso que chocou o País e mostrou as dificuldades pelas quais passam meninas e mulheres que recorrem ao aborto legal.

DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS

Em 2021, foram noticiados 27 projetos sobre direitos sexuais e direitos reprodutivos pelo Radar Feminista no Congresso Nacional. Se incluirmos os 26 projetos que tratam do aborto, que – pela importância do tema – analisamos como um bloco em separado, seriam 53 proposições.

21

PROJETOS FORAM APRESENTADOS EM 2021.

06

PROJETOS SÃO DE ANOS ANTERIORES E TIVERAM ALGUMA MOVIMENTAÇÃO EM 2021.

25

PROJETOS TÊM ORIGEM NA CÂMARA.

02

PROJETOS TÊM ORIGEM NO SENADO.



⁴⁰ REQ nº 37/2021, REQ nº 42/2021, REQ nº 33/2021, REQ nº 286/2021 e REQ nº 288/2021.

TIPOS DE PROJETOS

Todos os 27 projetos noticiados no Radar no tema direitos sexuais e direitos reprodutivos são projetos de lei e destes apenas 2 tem origem no Senado.

RADAR FEMINISTA NO CONGRESSO NACIONAL DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS: 27 PROJETOS NOTICIADOS EM 2021			
TIPOS DE PROJETOS	CÂMARA	SENADO	TOTAL
PL (projeto de lei)	25	2	27

FONTE: CFEMEA (MARÇO/2022).

SUBTEMAS

Dos 27 projetos agrupados neste tema, 21 tratam do planejamento reprodutivo. Entre estes, oito tratam da autonomia reprodutiva das mulheres (ao vedarem a exigência de consentimento do parceiro para a utilização de métodos contraceptivos) e quatro tratam de esterilização (redução da idade e acesso) e de contracepção (remoção de implantes e uso de anticoncepcionais).

RADAR FEMINISTA NO CONGRESSO NACIONAL DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS: 27 PROJETOS NOTICIADOS EM 2021			
SUBTEMAS	CÂMARA	SENADO	TOTAL
Planejamento reprodutivo	19	2	21
Reprodução humana assistida	2	0	2
Sexo biológico – único critério: competições esportivas	2	0	2
Campanha	1	0	1
STF – usurpação de competências	1	0	1
TOTAL	25	2	27

FONTE: CFEMEA (MARÇO/2022).

PARTIDOS

O PSDB apresentou oito projetos neste tema, seguido pelo MDB (com quatro) e pelo PP (com três projetos noticiados pelo Radar). Chama a atenção o Partido dos Trabalhadores não ter um único projeto noticiado nesse campo, apresentado em 2021 ou de anos anteriores que tenha tramitado.

RADAR FEMINISTA NO CONGRESSO NACIONAL DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS: 27 PROJETOS NOTICIADOS EM 2021			
PARTIDOS	CÂMARA	SENADO	TOTAL
Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)	8	0	8
Movimento Democrático Brasileiro (MDB)	3	1	4
Partido Popular (PP)	3	0	3
Republicanos	2	0	2
Partido Social Liberal (PSL)	2	0	2
Podemos	0	1	1
Partido Democrático Trabalhista (PDT)	1	0	1
Partido Social Democrático (PSD)	1	0	1
Rede Sustentabilidade (Rede)	1	0	1
Democratas (DEM)	1	0	1
Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)	1	0	1
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	1	0	1
Partido Liberal (PL)	1	0	1
TOTAL	25	2	27

FONTE: CFEMEA (MARÇO/2022).

AUTORIAS

No tema direitos sexuais e direitos reprodutivos, as mulheres são autoras de 8 projetos, e os homens, de 19 projetos.

RADAR FEMINISTA NO CONGRESSO NACIONAL
DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS:
27 PROJETOS NOTICIADOS EM 2021

MULHERES HOMENS



FONTE: CFEMEA (MARÇO/2022).

QUEM SE DESTACOU?

Na Câmara, o deputado Alexandre Frota (PSDB/SP) apresentou dois projetos: um que garante a todas as pessoas, sem discriminação, o acesso aos serviços de reprodução assistida ⁽⁴¹⁾ e o **PL n° 3032/2020**, bastante questionável, que sugere a oferta, na rede pública de saúde, de contraceptivos de longa duração para “mulheres em situação de vulnerabilidade”. Carlos Bezerra (MDB/MT) também apresentou dois projetos, um sobre reprodução humana assistida ⁽⁴²⁾ e outro sobre o planejamento reprodutivo, diminuindo a idade para a realização de esterilização ⁽⁴³⁾.

Entre as mulheres, as deputadas Teresa Nelma (PSDB/AL), Soraya Manato (PSL/ES) e Sâmia Bomfim (PSOL/SP) apresentaram propostas para retirar a obrigatoriedade do consentimento do marido para a escolha do método contraceptivo ⁽⁴⁴⁾.

● ● ● ● ●

⁴¹ PL n° 3996/2021.

⁴² PL n° 1719/2021.

⁴³ PL n° 390/2021.

⁴⁴ PL n° 2871/2021, PL n° 3382/2021 e PL n° 4389/2021.

No Senado, foram duas propostas noticiadas neste tema. Uma que susta a obrigatoriedade do consentimento do marido para a escolha do método contraceptivo ⁽⁴⁵⁾, de autoria da senadora Nilda Gondim (MDB/PB). E outra autoriza a movimentação da conta vinculada do trabalhador no FGTS para custear o tratamento de reprodução assistida ⁽⁴⁶⁾, de autoria do senador Lasier Martins (Podemos/RS).

SAÚDE DAS MULHERES

Em 2021, foram noticiados 77 projetos sobre a saúde das mulheres pelo Radar Feminista no Congresso Nacional (já excluídos os projetos relacionados ao aborto e, mais estritamente, aos direitos sexuais e reprodutivos, que foram vistos em separado). Os referidos projetos foram concentrados nos subtemas gestação e parto (37), saúde menstrual (23) e câncer de mama (11).

56

PROJETOS
APRESENTADOS
EM 2021.

21

PROJETOS DE ANOS
ANTERIORES QUE TIVERAM
MOVIMENTAÇÃO EM 2021.

63

PROJETOS TÊM ORIGEM
NA CÂMARA.

14

PROJETOS TÊM
ORIGEM NO SENADO.



⁴⁵ PL nº 2889/2021.

⁴⁶ PL nº 1858/2021.

TIPOS DE PROJETOS

Também no tema da saúde das mulheres, os projetos de lei aparecem em maior número. Entre os 77 projetos noticiados em 2021, 72 são projetos de lei.

RADAR FEMINISTA NO CONGRESSO NACIONAL SAÚDE DAS MULHERES: 77 PROJETOS NOTICIADOS EM 2021			
TIPOS DE PROJETOS	CÂMARA	SENADO	TOTAL
PL (projeto de lei)	58	14	72
PRC (projeto de resolução)	3	0	3
PDL (projeto de decreto legislativo)	2	0	2
TOTAL	63	14	77

FONTE: CFEMEA (MARÇO/2022).

SUBTEMAS

No tema da saúde das mulheres, o subtema “gestação e parto” se destaca, com 37 projetos noticiados em 2021, seguidos de saúde menstrual (23) e câncer de mama (11).

RADAR FEMINISTA NO CONGRESSO NACIONAL SAÚDE DAS MULHERES: 77 PROJETOS NOTICIADOS EM 2021			
SUBTEMAS	CÂMARA	SENADO	TOTAL
Gestação e parto	28	9	37
Saúde menstrual	20	3	23
Câncer de mama	10	1	11
Outras doenças	3	1	4
Menopausa e climatério	1	0	1
Dia Nacional da Vacina e das Trabalhadoras da Saúde	1	0	1
TOTAL	63	14	77

FONTE: CFEMEA (MARÇO/2022).

Os projetos sobre gestação e parto tratam principalmente do direito a licenças (8), assistência pré e pós-natal (7) e prioridade para gestantes na vacinação contra Covid (7). No Brasil, a violência obstétrica é recorrente; advém disso a importância dos projetos sobre gestação e parto. Muitas mulheres são submetidas a abusos quando procuram serviços de saúde durante a gestação, na hora do parto, do nascimento ou do pós-parto. Os maus-tratos podem incluir violência física ou psicológica, podendo fazer da experiência do parto um momento traumático para a mulher e/ou o bebê. A violência obstétrica está relacionada não apenas ao trabalho de profissionais de saúde, mas também a falhas estruturais de clínicas, hospitais e do sistema de saúde como um todo.

Os debates sobre saúde menstrual foram destaques em 2021. Foram 23 projetos neste campo noticiados pelo Radar. E um deles, o **PL nº 4968/2019**, de autoria da deputada Marília Arraes (PT/PE) e de mais 34 deputadas e deputados, foi aprovado e transformado na **Lei Ordinária nº 14.214, de 16 de outubro de 2021**, que cria o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual e determina que as cestas básicas entregues no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) deverão conter como item essencial o absorvente higiênico feminino.

A alegria durou pouco, pois o presidente vetou os artigos da nova lei que asseguravam a distribuição gratuita de absorventes femininos para estudantes de baixa renda e pessoas em situação de rua (**Mensagem nº 503/2021**). Percebendo que os vetos seriam derrubados, o presidente apresentou no início deste ano um decreto que assegura a distribuição de absorventes numa proposta mais restritiva do que a que vetou. Mas a mobilização pela derrubada do veto continuou e foi vitoriosa, em votação realizada em março deste ano de 2022.

O relatório **Pobreza Menstrual no Brasil – Desigualdades e violações de direitos**, publicado pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), traz uma análise sobre o tema, destacando que “é evidente que entraves para acessar direitos menstruais representam barreiras ao completo desenvolvimento do potencial das pessoas que menstruam”.

PARTIDOS

O partido com mais proposições neste campo é o PT, com 12 projetos. Podemos e PSDB vêm na sequência, com 6 projetos, seguidos do MDB, PDT e Republicanos, com 5 projetos cada. Na Câmara, se destacam o PT (10), o PSDB (6) e o PDT (5). No Senado, a Rede apresentou 4 projetos, todos de autoria do senador Fabiano Contarato (Rede/ES).

RADAR FEMINISTA NO CONGRESSO NACIONAL SAÚDE DAS MULHERES: 77 PROJETOS NOTICIADOS EM 2021			
PARTIDOS	CÂMARA	SENADO	TOTAL
Partido dos Trabalhadores (PT)	10	2	12
Podemos	4	2	6
Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)	6	0	6
Movimento Democrático Brasileiro (MDB)	4	1	5
Partido Democrático Trabalhista (PDT)	5	0	5
Republicanos	4	1	5
Partido Social Democrático (PSD)	4	0	4
Partido Social Liberal (PSL)	4	0	4
Rede Sustentabilidade (Rede)	0	4	4
Democratas (DEM)	3	0	3
Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)	3	0	3
Solidariedade	3	0	3
Partido Popular (PP)	1	1	2
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	2	0	2
Partido Verde (PV)	2	0	2
Partido Comunista do Brasil (PCdoB)	1	1	2
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	2	0	2
Partido Liberal (PL)	1	0	1
Partido da Mulher Brasileira (PMB)	1	0	1
Avante	1	0	1
Cidadania	0	1	1
Patriota	1	0	1
Partido Social Cristão (PSC)	1	0	1
TOTAL	63	13	76

FONTE: CFEMEA (MARÇO/2022).

OBSERVAÇÃO: uma proposta do Senado teve origem no E-Cidadania.

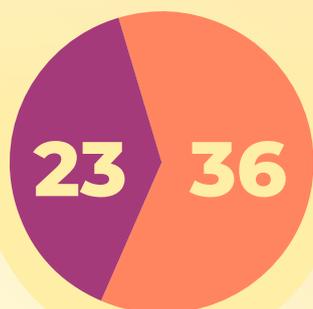
AUTORIAS

As mulheres apresentaram 27 projetos, e os homens, 49. Um projeto foi apresentado pelo E-Cidadania.

RADAR FEMINISTA NO CONGRESSO NACIONAL
SAÚDE DAS MULHERES:
77 PROJETOS NOTICIADOS EM 2021

MULHERES HOMENS

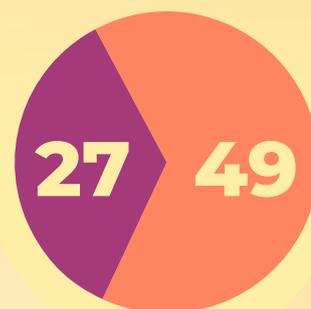
CÂMARA
59 PROJETOS



SENADO
17 PROJETOS



TOTAL
76 PROJETOS



FONTE: CFEMEA (MARÇO/2022).

OBSERVAÇÃO: uma proposta do Senado teve origem no E-Cidadania.

QUEM SE DESTACOU?

Entre as deputadas, foram as mais citadas: Rejane Dias (PT/PI), com quatro projetos (três sobre câncer de mama e um sobre saúde menstrual); e Marília Arraes (PT/PE), com três projetos (dois sobre saúde menstrual e um sobre menopausa e climatério).

Entre os deputados, vêm em seguida: Alexandre Frota (PSDB/SP), com duas propostas sobre câncer de mama e uma que institui um dia em homenagem às trabalhadoras da saúde; e Carlos Bezerra (MDB/MT), com três projetos sobre saúde menstrual.

No Senado, o destaque fica com o senador Fabiano Contarato (Rede/ES), que apresentou quatro projetos sobre gestação e parto. Duas senadoras apresentaram projetos neste tema: Mailza Gomes (PP/AC) e Rose de Freitas (Podemos/ES).

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Em 2021, foram noticiados 244 projetos sobre o tema da violência contra as mulheres pelo Radar Feminista no Congresso Nacional.

201

PROJETOS FORAM APRESENTADOS EM 2021.

43

PROJETOS SÃO DE ANOS ANTERIORES E TIVERAM ALGUMA MOVIMENTAÇÃO EM 2021.

214

PROJETOS TÊM ORIGEM NA CÂMARA.

30

PROJETOS TÊM ORIGEM NO SENADO.

TIPOS DE PROJETOS

Todos os 244 projetos noticiados pelo Radar sobre o tema da violência contra as mulheres são projetos de lei: 214 tramitam na Câmara e 30 no Senado.

RADAR FEMINISTA NO CONGRESSO NACIONAL
VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES:
244 PROJETOS NOTICIADOS EM 2021

TIPOS DE PROJETOS	CÂMARA	SENADO	TOTAL
PL (projeto de lei)	214	30	244

FONTE: CFEMEA (MARÇO/2022).

SUBTEMAS

Os principais subtemas tratados no tema da violência contra as mulheres são: medidas de proteção (com 65 projetos noticiados), seguidas de penalização (58), comunicação e propaganda (25) e medidas em relação aos agressores (23) e aos atos do processo (18).

RADAR FEMINISTA NO CONGRESSO NACIONAL VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: 244 PROJETOS NOTICIADOS EM 2021			
SUBTEMAS	CÂMARA	SENADO	TOTAL
Medidas de proteção	59	6	65
Penalização	46	12	58
Comunicação e propaganda	24	1	25
Agressores	21	2	23
Atos do processo	12	6	18
Medidas protetivas de urgência	13	1	14
Educação e capacitação	11	0	11
Planos e programas	10	1	11
Feminicídio	9	1	10
Militares	5	0	5
Cirurgia reparadora	4	0	4
TOTAL	214	30	244

FONTE: CFEMEA (MARÇO/2022).

Na Câmara, a maior parte das proposições sobre o tema da violência contra as mulheres sugere medidas de proteção para as mulheres em situação de violência. Foram 59 projetos noticiados pelo Radar neste sentido: (I) incentivando a contratação de mulheres em situação de violência; (II) assegurando a prioridade em cadastros de emprego, em programas de capacitação e nos serviços de atendimento; (III) obrigando condomínios e o comércio a denunciarem situações de violência; e (IV) tratando de benefícios financeiros e do atendimento disponível 24h para as mulheres.

Vale ressaltar que boa parte dessas sugestões está de alguma forma prevista na Lei Maria da Penha e já estava prevista nos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres. No entanto, a quantidade de pro-

jetos que repetem ou reforçam essas medidas demonstra como ainda temos muito o que avançar. Também é latente a falta de diálogo entre os poderes para propor soluções e políticas efetivas, bem como a falta de diálogo da grande maioria dos parlamentares com os movimentos.

O segundo subtema neste campo com maior concentração de projetos é o da penalização (46), cuja maioria propõe o aumento de pena (21), tipifica condutas (15) ou cria tipos penais e define crimes (14). Para os movimentos de mulheres, o foco na penalização (e não em políticas articuladas de enfrentamento) é o reflexo da busca insistente do Legislativo por soluções rápidas para problemas complexos.

Chama a atenção que uma das propostas, apresentada pelo deputado Nereu Crispim (PSL/RS), tem como preocupação a penalização das mulheres por falsa denúncia, alterando – para tanto – a Lei Maria da Penha e o Código Penal ⁽⁴⁷⁾. A proposta já teve um parecer pela rejeição na Comissão da Mulher e esperamos que esse seja o seu destino.

Na terceira posição vêm os projetos agrupados no subtema “comunicação e propaganda”. Foram 24 propostas, que sugerem diferentes campanhas e instituem dias de lutas.

No Senado, as propostas sobre penalização são a maioria (12), seguidas pelas propostas sobre medidas de proteção (6) e atos de processo (6). Neste último tópico, um exemplo é a obrigatoriedade da notificação prévia em caso de saída do agressor da prisão ⁽⁴⁸⁾.

A violência contra a mulher é uma questão social que exigiria uma ação integrada de diferentes áreas, com recursos para a implementação dessas políticas. Para que uma mulher tenha condições de romper com o ciclo de violências ao qual ela está submetida, é preciso garantir, no mínimo, o acesso: (I) à informação; (II) aos locais de denúncia; (III) à proteção; e (IV) às oportunidades, para que ela tenha autonomia financeira e garantia de proteção para suas crianças, que também são vítimas.

No ano passado, por meio do **Decreto nº 10568, de 9 de dezembro de 2020**, foi instituído o Comitê Intersetorial do Plano Nacional de Enfrentamento ao Femicídio. Bem no final de 2021, o governo publicou o **Decreto nº 10.906, de 20 de dezembro de 2021**, que instituiu o Plano Nacional de Enfrentamento ao Femicídio.



47 PL nº 4814/2020.

48 PL nº 5872/2019.

O Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) e o Levante Feminista contra o Femicídio alertaram para o propósito eleitoral do referido Plano (⁴⁹), que desconsidera os debates sobre o tema e as diretrizes, normas e convenções já estabelecidas. Sem deixar de contar a total exclusão do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher do debate e a exclusão das mulheres trans e das mulheres negras.

O Brasil foi condenado por feminicídio pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). O caso que levou o País ao banco dos réus, ocorrido em 1998, foi o do assassinato de Márcia Barbosa de Souza, à época com 20 anos, cometido pelo então deputado estadual paraibano Aécio Pereira de Lima.

PARTIDOS

O partido campeão de apresentação de projetos em 2021, no campo do enfrentamento à violência contra as mulheres, foi o PSDB, com 37 proposições na Câmara e uma no Senado. Como dissemos na sessão anterior, 28 delas foram de Alexandre Frota (PSDB/SP). Os nove projetos do Capitão Alberto Neto (Republicanos/AM) ajudam a entender por que o Republicanos ocupa a segunda posição no número de proposições.

Os partidos de centro-direita alavancaram o tema no Congresso. Mas o perfil dos partidos que mais apresentaram propostas condiz com a avaliação que fizemos no último Balanço: de que as proposições continuam reforçando o papel da polícia e do Judiciário, sem se concentrar nas outras medidas necessárias para o fim do ciclo de violência.

Os cinco partidos com mais projetos no tema foram: PSDB (38), PSL (26), Republicanos (25), PT (23) e PSB (19). Se olharmos somente para a Câmara, o PSDB segue na liderança, com 37 projetos, seguido por Republicanos (25), PSL (24), PT (23) e por PSB e PL, com 14 projetos cada. No Senado, o MDB foi o partido que mais apresentou projetos (9), seguido por Cidadania (6), PSB (5) e PSL e PL (com 2 projetos cada).



49 Nota técnica referente aos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional sobre medidas para o enfrentamento da violência doméstica e familiar, no contexto do distanciamento social, decorrente da vigência do Estado de Calamidade Pública instituído pelo Decreto nº 6/2020. Disponível em: [“Nota de Repúdio ao Plano Nacional de Enfrentamento ao Femicídio: Mais uma falácia do governo Bolsonaro”](#). Acesso em: 16 mar. 2022.

RADAR FEMINISTA NO CONGRESSO NACIONAL
VIOLENCIA CONTRA AS MULHERES:
244 PROJETOS NOTICIADOS EM 2021

PARTIDOS	CÂMARA	SENADO	TOTAL
Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)	37	1	38
Partido Social Liberal (PSL)	24	2	26
Republicanos	25	0	25
Partido dos Trabalhadores (PT)	23	0	23
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	14	5	19
Movimento Democrático Brasileiro (MDB)	9	9	18
Partido Liberal (PL)	14	2	16
Partido Democrático Trabalhista (PDT)	13	0	13
Democratas (DEM)	11	1	12
Cidadania	2	6	8
Podemos	7	1	8
Partido Popular (PP)	6	1	7
Partido Republicano da Ordem Social (PROS)	5	1	6
Partido Social Cristão (PSC)	6	0	6
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	5	0	5
Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)	4	0	4
Partido Social Democrático (PSD)	3	0	3
Avante	2	0	2
Partido Verde (PV)	2	0	2
Patriota	1	0	1
Rede Sustentabilidade (Rede)	0	1	1
TOTAL	213	30	243

FONTE: CFEMEA (MARÇO/2022).

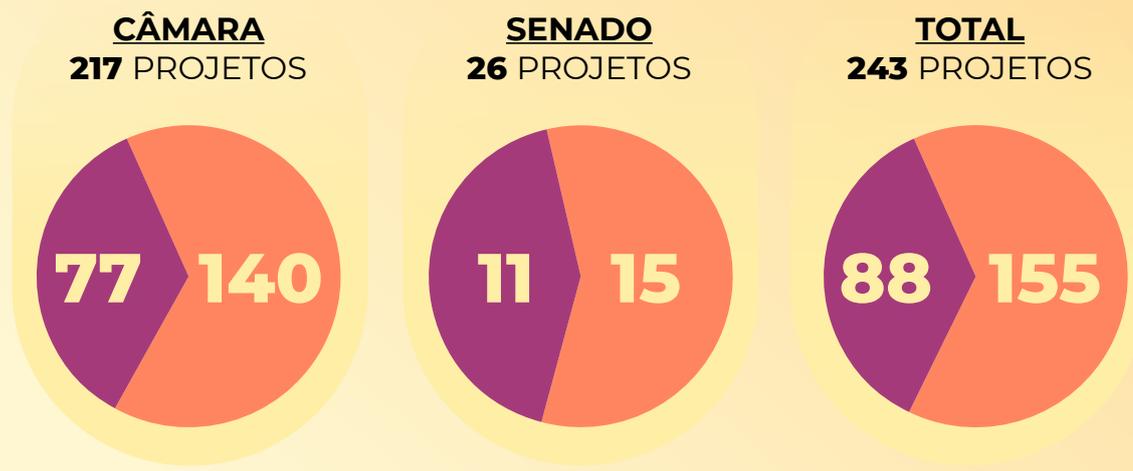
OBSERVAÇÃO: uma proposta é de autoria de Comissão.

AUTORIAS

As mulheres apresentaram 88 projetos, e os homens, 155. Um projeto foi apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

**RADAR FEMINISTA NO CONGRESSO NACIONAL
 VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES:
 244 PROJETOS NOTICIADOS EM 2021**

MULHERES HOMENS



FONTE: CFEMEA (MARÇO/2022).

OBSERVAÇÃO: um projeto foi apresentado, no Senado, pela CDH.

QUEM SE DESTACOU?

Na Câmara, Rejane Dias (PT/PI) foi a deputada que teve mais projetos noticiados no tema da violência contra as mulheres. Foram oito projetos, que vão desde a criação da loteria “Mulher-de-Sorte” ⁽⁵⁰⁾ ou do Cadastro Nacional de Agressores ⁽⁵¹⁾ até a obrigatoriedade de que as escolas notifiquem a gravidez de menores de 14 anos ⁽⁵²⁾.

Empatadas em segundo lugar estão a deputada Rosângela Gomes (Republicanos/RJ) e a deputada Renata Abreu (Podemos/SP). Rosângela Gomes surge com seis projetos, que sugerem, entre outras coisas, medidas de proteção às mulheres em situação de violência, tais como: linha especial de crédito para compra de imóvel ⁽⁵³⁾, banco de empre-



50 PL nº 4462/2021.

51 PL nº 5554/2020.

52 PL nº 2464/2021.

53 PL nº 322/2021.

gos ⁽⁵⁴⁾ e prioridade em programas de geração de emprego e renda ⁽⁵⁵⁾. Já a deputada Renata Abreu comparece também com seis projetos, a maior parte sugerindo medidas de proteção ⁽⁵⁶⁾.

Entre os deputados, Alexandre Frota (PSDB/SP) se destaca pela profusão de propostas. Foram 28 projetos de lei noticiados, propondo diferentes campanhas ⁽⁵⁷⁾, aumentando penas ou definindo novos tipos penais ⁽⁵⁸⁾ e propondo medidas de proteção, como a obrigatoriedade de denúncia de ocorrências em condomínios e comércios ou delegacias especializadas com funcionamento de 24h ⁽⁵⁹⁾. Em seguida, aparece Felipe Carreras (PSB/PE), com cinco projetos. Entre eles, um que torna obrigatória a ressocialização do agressor nos casos de violência doméstica e familiar ⁽⁶⁰⁾ e outro que cria tipo penal ⁽⁶¹⁾.

No Senado, os campeões de propostas noticiadas pelo Radar Feminista no tema da violência contra as mulheres são os senadores Jorge Kajuru (Cidadania/GO), com quatro projetos, seguido por Veneziano Vital do Rego (MDB/PB), com três projetos, propondo entre outras coisas, aumento de pena, estabelecimento de benefícios financeiros e a restrição de porte e posse de armas por parte dos agressores ⁽⁶²⁾. Entre as senadoras, Rose de Freitas (MDB/ES), Simone Tebet (MDB/MS) e Leila Barros (PSB/DF) apresentaram dois projetos cada, centrados em medidas de proteção.



54 [PL nº 324/2021](#).

55 [PL nº 323/2021](#).

56 [PL nº 583/2021](#), [PL nº 2952/2021](#), [PL nº 1590/2021](#) e [PL nº 123/2019](#).

57 [PL nº 2623/2021](#), [PL nº 101/2021](#), [PL nº 100/2021](#), [PL nº 110/2021](#), [PL nº 4313/2021](#), [PL nº 3259/2021](#) e [PL nº 4306/2021](#).

58 [PL nº 76/2021](#), [PL nº 104/2021](#), [PL nº 103/2021](#), [PL nº 107/2021](#) e [PL nº 1012/2021](#).

59 [PL nº 109/2021](#), [PL nº 102/2021](#), [PL nº 2171/2021](#), [PL nº 85/2021](#), [PL nº 108/2021](#), [PL nº 83/2021](#), [PL nº 95/2021](#), [PL nº 4011/2021](#), [PL nº 94/2021](#), [PL nº 3642/2021](#) e [PL nº 82/2021](#).

60 [PL nº 2784/2021](#).

61 [PL nº 2783/2021](#).

62 [PL nº 547/2021](#), [PL nº 650/2021](#) e [PL 1946 /2019](#).

PODER E POLÍTICA

Em 2021, tivemos algumas vitórias importantes neste tema.

Foram 56 projetos no tema “poder e política” noticiados pelo Radar Feminista no Congresso Nacional em 2021.

52

PROJETOS FORAM APRESENTADOS EM 2021.

04

PROJETOS SÃO DE ANOS ANTERIORES QUE TIVERAM ALGUMA MOVIMENTAÇÃO EM 2021.

42

PROJETOS TÊM ORIGEM NA CÂMARA.

14

PROJETOS TÊM ORIGEM NO SENADO.

TIPOS DE PROJETOS

Entre os 56 projetos noticiados pelo Radar Feminista no tema “poder e política”, 45 são projetos de lei.

RADAR FEMINISTA NO CONGRESSO NACIONAL PODER E POLÍTICA: 56 PROJETOS NOTICIADOS EM 2021			
TIPOS DE PROJETOS	CÂMARA	SENADO	TOTAL
PL (projeto de lei)	37	8	45
PRC e PRS (projeto de resolução)	3	5	8
PEC (proposta de emenda constitucional)	1	1	2
PLP (projeto de lei complementar)	1	0	1
TOTAL	42	14	56

FONTE: CFEMEA (MARÇO/2022).

SUBTEMAS

Chamou a nossa atenção a quantidade de projetos relacionados a cotas e ações afirmativas. A proximidade do ano eleitoral propiciou que algumas propostas, embora em menor número, representassem a possibilidade de grandes retrocessos.

RADAR FEMINISTA NO CONGRESSO NACIONAL PODER E POLÍTICA: 56 PROJETOS NOTICIADOS EM 2021			
SUBTEMAS	CÂMARA	SENADO	TOTAL
Cotas	12	6	18
Ações afirmativas	11	6	17
Paridade	5	1	6
Homenagem: “Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria”	5	0	5
Violência política	5	0	5
Mandatos coletivos	1	0	1
Eleições – normas eleitorais e processuais	1	0	1
Uso de recursos de cotas para despesas administrativas	1	0	1
Redução no número de candidaturas: 100% das vagas	1	0	1
Participação social	0	1	1
TOTAL	42	14	56

FONTE: CFEMEA (MARÇO/2022).

**RADAR FEMINISTA NO CONGRESSO NACIONAL
PODER E POLÍTICA: 56 PROJETOS NOTICIADOS EM 2021**

SUBTEMA DETALHADO	CÂMARA	SENADO	TOTAL
Cotas – eleitorais	5	5	10
Cotas – empresas	3	0	3
Cotas – população negra	1	1	2
Cotas – esporte	2	0	2
Cotas – mulheres e homens trans	1	0	1
Ação afirmativa- eleições	4	4	8
Ação afirmativa - educação e pesquisa	4	1	5
Ação afirmativa – esporte	3	1	4
Homenagem Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria	5	0	5
Paridade - Tribunal do Juri	2	1	3
Paridade - patrocínio esporte	1	0	1
Paridade - cargos OAB	1	0	1
Paridade - Conselho de Ética da Câmara	1	0	1
Violência política	5	0	5
Mandatos coletivos	1	0	1
Eleições - Normas eleitorais e processuais	1	0	1
Uso recursos cotas para despesas administrativas	1	0	1
Redução número de candidaturas - 100% das vagas	1	0	1
Participação social	0	1	1
TOTAL	42	14	56

FONTE: CFEMEA (MARÇO/2022).

Os subtemas das cotas e das ações afirmativas, não só na política propriamente dita, mas também em diferentes espaços, foram os campeões de projetos noticiados pelo Radar Feminista, no tema “poder e política”. Foram 18 projetos que tratam das cotas e 17 de ações afirmativas.

Em junho, a relatora da comissão da Reforma Política da Câmara, Renata Abreu (Podemos-SP), tentou pautar o fim da obrigatoriedade do cumprimento, pelos partidos, da cota de 30% nas eleições. A proposta não foi aprovada. Em julho, o Senado aprovou a reserva de 30% nas cadeiras do Congresso, mas a proposta não passou na Câmara. Com isso, o principal aprimoramento para a eleição de 2022 no estímulo a candidaturas femininas será a promulgação da **Emenda Constitucional nº 111/2021**, que determinou que os votos dados a candidatas mulheres e a negros para a Câmara dos Deputados contarão em dobro no cálculo de distribuição dos fundos eleitoral e partidário nas próximas três eleições.

O tema da violência política continuou em evidência no ano que passou, infelizmente motivado por inúmeras situações de violência política contra mulheres, contra mulheres trans e mulheres negras. Na linha da resistência, o Conselho Nacional de Direitos Humanos aprovou a **RES nº 45/2020**, que dispõe sobre a criação de grupo de trabalho sobre direitos humanos e enfrentamento da violência política na *internet*. Foi aprovada em 10 de dezembro de 2020, mas publicada no Diário Oficial da União somente em 24 de agosto de 2021.

PARTIDOS

No tema poder e política, a lista de cinco partidos que mais tiveram projetos noticiados pelo Radar Feminista é encabeçada pelo PT (com sete projetos), seguido por PP e PDT (com cinco projetos) e MDB, PL e Podemos (com quatro projetos cada).

RADAR FEMINISTA NO CONGRESSO NACIONAL PODER E POLÍTICA: 56 PROJETOS NOTICIADOS EM 2021			
PARTIDOS	CÂMARA	SENADO	TOTAL
Partido dos Trabalhadores (PT)	5	2	7
Partido Progressista (PP)	5	0	5
Partido Democrático Trabalhista (PDT)	5	0	5
Movimento Democrático Brasileiro (MDB)	1	3	4
Partido Liberal (PL)	2	2	4
Podemos	2	2	4
Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)	3	0	3
Partido Social Democrático (PSD)	3	0	3
Republicanos	3	0	3
Cidadania	0	3	3
Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)	2	0	2
Avante	2	0	2
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	2	0	2
Democratas (DEM)	2	0	2
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	1	1	2
Partido Social Liberal (PSL)	1	0	1
Partido Comunista do Brasil (PCdoB)	1	0	1
Partido Republicano da Ordem Social (PROS)	1	0	1
Solidariedade	1	0	1
Rede Sustentabilidade (Rede)	0	1	1
TOTAL	42	14	56

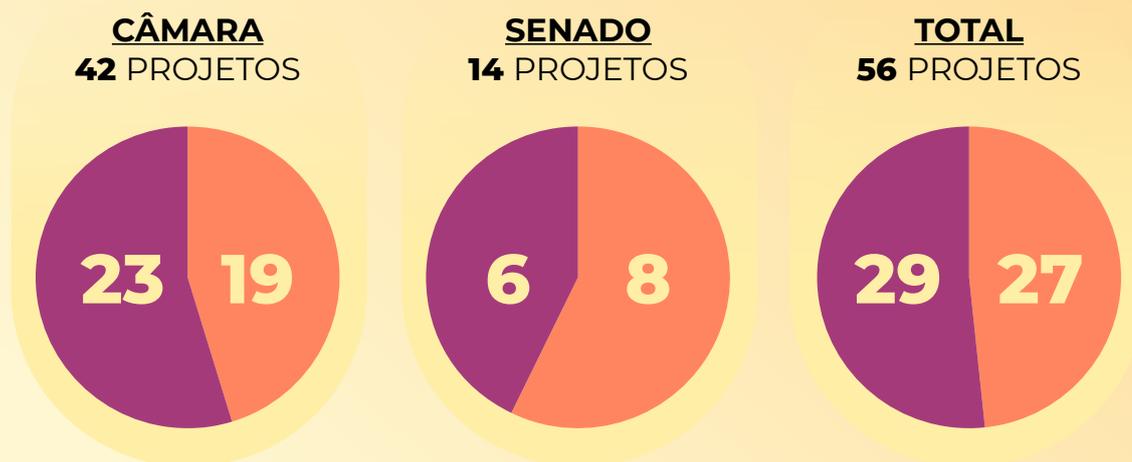
FONTE: CFEMEA (MARÇO/2022).

AUTORIAS

No tema poder e política, as mulheres apresentaram 29 projetos, e os homens, 27 projetos.

**RADAR FEMINISTA NO CONGRESSO NACIONAL
PODER E POLÍTICA:
56 PROJETOS NOTICIADOS EM 2021**

MULHERES HOMENS



FONTE: CFEMEA (MARÇO/2022).

QUEM SE DESTACOU?

Na Câmara, entre as deputadas, Celina Leão (PP/DF) teve quatro projetos noticiados pelo Radar Feminista: uma proposta trata de violência política, outra de paridade no tribunal do júri e outras duas inscrevem nome no Livro de Heróis e Heroínas da Pátria. Celina foi seguida por Tabata Amaral (PDT/SP e, a partir de setembro de 2021, PSB/SP), com três propostas, que tratam de cotas nas empresas, instituem prêmio para meninas na ciência e destinam mais recursos para os partidos que elegerem mais mulheres.

Entre os deputados, Alexandre Frota (PSDB/SP) apresentou dois projetos: um que assegura cotas para trans ⁽⁶³⁾ e outro contra a violência política contra a população LGBTQIA+ ⁽⁶⁴⁾.

● ● ● ● ●

⁶³ PL nº 78/2021.

⁶⁴ PL nº 78/2021.

No Senado, Eliziane Gama (Cidadania/MA) teve três projetos notificados: dois projetos de resolução, um que dispõe sobre a prerrogativa da líder da bancada feminina de indicar proposição para integrar a Ordem do Dia ⁽⁶⁵⁾, e outro que assegura a participação de pelo menos dois membros da Bancada Feminina nas Comissões Permanentes e Temporárias ⁽⁶⁶⁾, além de uma PEC, que institui a obrigatoriedade de mulheres nas chapas para as eleições majoritárias para a presidência e os governos estaduais e o do Distrito Federal ⁽⁶⁷⁾. Simone Tebet (MDB/MS) apresentou dois projetos de resolução, que alteram o Regimento Interno do Senado, para dispor sobre a indicação de líder e vice-líderes da Bancada Feminina ⁽⁶⁸⁾.

Entre os homens, o senador Wellington Fagundes (PL/MT) apresentou dois projetos que propõem cota de 30% das vagas para mulheres ⁽⁶⁹⁾. Já o senador Paulo Paim (PT/RS) apresentou outros dois, que instituem cotas para negros em concursos públicos ⁽⁷⁰⁾ e reserva de vagas quando da renovação de dois terços do Senado Federal, uma vaga para candidaturas masculinas e outra vaga para candidaturas femininas ⁽⁷¹⁾.



65 PRS nº 48/2021.

66 PRS nº 36/2021.

67 PEC nº 30/2021.

68 PRS nº 6/2021 e PRS nº 5/2021.

69 PL nº 752/2021 e PL nº 763/2021.

70 PL nº 1958/2021.

71 PL nº 1333/2021.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Em 2021, o Radar Feminista no Congresso Nacional noticiou 50 projetos com o tema trabalho e previdência.

40

PROJETOS FORAM APRESENTADOS EM 2021.

10

PROJETOS SÃO DE ANOS ANTERIORES E TIVERAM MOVIMENTAÇÃO EM 2021.

43

PROJETOS TÊM ORIGEM NA CÂMARA.

07

PROJETOS TÊM ORIGEM NO SENADO.

TIPOS DE PROJETOS

Os projetos de lei são a grande maioria entre os 50 projetos noticiados pelo Radar em 2021. Foram 45 projetos de lei, seguidos de PLP (3), PEC (1) e PDL (1).

RADAR FEMINISTA NO CONGRESSO NACIONAL TRABALHO E PREVIDÊNCIA: 50 PROJETOS NOTICIADOS EM 2021			
TIPOS DE PROJETOS	CÂMARA	SENADO	TOTAL
PL (projeto de lei)	39	6	45
PLP (projeto de lei complementar)	3	0	3
PEC (proposta de emenda constitucional)	0	1	1
PDL (projeto de decreto legislativo)	1	0	1
TOTAL	43	7	50

FONTE: CFEMEA (MARÇO/2022).

SUBTEMAS

O subtema que mais mobilizou o Legislativo em 2021 no tema de trabalho e previdência foi sobre os direitos das trabalhadoras gestantes, com oito projetos noticiados pelo Radar Feminista, seguido por reconhecimento do cuidado como trabalho e multa para discriminação salarial, com sete projetos cada um. Em seguida, vêm cinco projetos que tratam de direitos de mães e pais.

RADAR FEMINISTA NO CONGRESSO NACIONAL TRABALHO E PREVIDÊNCIA: 50 PROJETOS NOTICIADOS EM 2021			
SUBTEMAS	CÂMARA	SENADO	TOTAL
Direitos das trabalhadoras gestantes	7	1	8
Reconhecimento dos cuidados como trabalho	7	0	7
Multa para discriminação salarial	4	3	7
Direitos de mães e pais	4	1	5
Apoio a mulheres chefes de família	4	0	4
Crédito para mulheres	3	0	3
Empresas, apoio para as mulheres	3	0	3
Licenças (maternidade, paternidade, adoção)	2	1	3
Empreendedorismo feminino	3	0	3
Campanha de igualdade de direitos	1	0	1
Mulher com câncer: critério de desempate em concursos	1	0	1
Pensão para filhas de militares	1	0	1
Dispõe sobre tempo de contribuição das mulheres	0	1	1
Tempo de experiência da trabalhadora doméstica	1	0	1
Titulação de trabalhadoras rurais	1	0	1
Trabalhadoras pesqueiras – susta portaria	1	0	1
Total	43	7	50

FONTE: CFEMEA (MARÇO/2022).

Projetos incluídos no subtema trabalhadoras gestantes foram os mais citados pelo Radar, com oito propostas. Um deles, apresentado em 2020, é o [PL nº 3932/2020](#), que dispõe sobre o afastamento da empregada gestante das atividades de trabalho presencial durante a pandemia, mas foi transformado na [Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021](#).

A pouca importância dada a esse tema ficou evidente logo no início do governo Bolsonaro, quando este extinguiu o Ministério do Trabalho, que foi recriado oportunisticamente, para dar mais poder ao Centrão ([Lei nº 14.261/2021](#)), no final de 2021.

Um dado positivo neste campo foi a apresentação de sete projetos que reconhecem e valorizam o trabalho do cuidado, possibilitando reconhecer os cuidados maternos para efeito de aposentadoria ⁽⁷²⁾ ou incluindo a mulher cuidadora informal e a atendente pessoal não remuneradas como dependentes de segurados idosos ou com deficiência ⁽⁷³⁾.

Parte dessas propostas foi inspirada no [Programa Integral de Reconhecimento de Tempo de Serviço por Tarefas Assistenciais](#), aprovado em julho de 2021, na Argentina, que permite que mulheres com 60 anos de idade ou mais que não completaram o tempo necessário de atuação no mercado para se aposentar, devido à maternidade, tenham este direito a partir da referida lei. O programa aprovado também amplia o direito às trabalhadoras com carteira assinada, possibilitando que o tempo da licença-maternidade seja incorporado à contagem do tempo de serviço.

A alteração da CLT para instituir multa contra discriminação salarial foi objeto de sete novas propostas, três apresentadas no Senado e quatro na Câmara. Várias delas já foram pensadas ao [PL nº 10158/2018](#), apresentado pelo então senador Lindbergh Farias (PT/RJ), que já trata do tema, tramita com 17 propostas pensadas e aguarda parecer na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) desde junho de 2019.

Enquanto novas propostas são apresentadas, com o objetivo de assegurar ou ampliar direitos, o governo seguiu aprofundando o desmonte dos direitos trabalhistas, já bastante fragilizados com a reforma aprovada durante o governo Temer.



72 [PL nº 2757/2021](#), [PLP nº 122/2021](#), [PL nº 4108/2021](#), [PL nº 2782/2021](#) e [PL nº 2691/2021](#).

73 [PLP nº 192/2021](#) e [PL nº 2839/2021](#).

PARTIDOS

Os partidos mais citados no Radar, no tema trabalho e previdência, foram MDB, com nove projetos, e o PT, com oito projetos. Em seguida, vêm PR (cinco) e PSD e PSDB, com quatro projetos cada.

RADAR FEMINISTA NO CONGRESSO NACIONAL TRABALHO E PREVIDÊNCIA: 50 PROJETOS NOTICIADOS EM 2021			
PARTIDOS	CÂMARA	SENADO	TOTAL
Movimento Democrático Brasileiro (MDB)	6	3	9
Partido dos Trabalhadores (PT)	7	1	8
Republicanos (PR)	5	0	5
Partido Social Democrático (PSD)	4	0	4
Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)	4	0	4
Partido Progressista (PP)	3	0	3
Cidadania	3	0	3
Partido Social Liberal (PSL)	2	0	2
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	2	0	2
Partido Comunista do Brasil (PCdoB)	1	1	2
Democratas (DEM)	1	0	1
Partido Social Cristão (PSC)	1	0	1
Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)	1	0	1
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	1	0	1
Partido Verde (PV)	1	0	1
Solidariedade	1	0	1
Partido Democrático Trabalhista (PDT)	0	1	1
Rede Sustentabilidade (Rede)	0	1	1
TOTAL	43	7	50

FONTE: CFEMEA (MARÇO/2022).

OBSERVAÇÃO: Avante, Patriota, PL, Podemos e PROS não tiveram projetos citados.

AUTORIAS

No tema trabalho e previdência, dentre os 50 projetos noticiados pelo Radar Feminista, as mulheres são autoras de 20, e os homens, de 30 projetos.

RADAR FEMINISTA NO CONGRESSO NACIONAL
TRABALHO E PREVIDÊNCIA:
50 PROJETOS NOTICIADOS EM 2021

MULHERES HOMENS



FONTE: CFEMEA (MARÇO/2022).

QUEM SE DESTACOU?

Na Câmara, a deputada Carmem Zanotto (Cidadania/SC) apresentou dois projetos: um para incluir a mulher cuidadora informal e a atendente pessoal não remuneradas como dependentes de segurados idosos ou com deficiência ⁽⁷⁴⁾, além de outro para garantir estabilidade de 90 dias à trabalhadora que retornar de licença-maternidade ⁽⁷⁵⁾. Já a deputada Maria Rosa (Republicanos/SP) apresentou dois projetos que dispõem sobre a criação do selo Empresa Amiga da Mulher ⁽⁷⁶⁾.

Entre os homens, o deputado Carlos Bezerra teve quatro projetos noticiados pelo Radar Feminista: três sobre os direitos da trabalhadora gestante ⁽⁷⁷⁾ e um para permitir a celebração de contrato de experiên-



⁷⁴ PLP nº 192/2021.

⁷⁵ PL nº 3674/2021.

⁷⁶ PL nº 2457/2021 e PL nº 2478/2021.

⁷⁷ PL nº 4302/2021, PL nº 4597/2021 e PL nº 389/2021.

cia na relação de trabalho doméstico ⁽⁷⁸⁾. Alexandre Frota (PSDB/SP) apresentou três: um para possibilitar que as cuidadoras sejam incluídas como dependentes de segurados idosos ou com deficiência ⁽⁷⁹⁾, outro para instituir multa por discriminação salarial ⁽⁸⁰⁾ e outro para celebrar o Dia da Mulher Empreendedora ⁽⁸¹⁾.

EDUCAÇÃO E PESQUISA

No tema de educação e pesquisa, o Radar Feminista noticiou 24 projetos.

18

PROJETOS
APRESENTADOS EM 2021.

06

PROJETOS DE ANOS ANTERIORES
QUE TIVERAM ANDAMENTO EM 2021.

20

PROJETOS TÊM ORIGEM
NA CÂMARA.

04

PROJETOS TÊM
ORIGEM NO SENADO.

TIPOS DE PROJETOS

Dos 24 projetos noticiados pelo Radar Feminista no tema de educação e pesquisa, 18 são projetos de lei e 6 são projetos de decreto legislativo.



78 [PL nº 413/2021.](#)

79 [PL nº 2839/2021.](#)

80 [PL nº 1555/2021.](#)

81 [PL nº 3444/2021.](#)

RADAR FEMINISTA NO CONGRESSO NACIONAL
EDUCAÇÃO E PESQUISA: 24 PROJETOS NOTICIADOS EM 2021

TIPOS DE PROJETOS	CÂMARA	SENADO	TOTAL
PL (projeto de lei)	15	3	18
PDL (projeto de decreto legislativo)	5	1	6
TOTAL	20	4	24

FONTE: CFEMEA (MARÇO/2022).

SUBTEMAS

A pressão de fundamentalistas no tema de educação e pesquisa fica bastante evidente. Entre os 24 projetos noticiados, 6 proíbem o uso da linguagem neutra ⁽⁸²⁾ e dois projetos de decreto legislativo vão no mesmo sentido, sustentando portaria e resolução que reconhecem a legitimidade do debate sobre gênero e o emprego da flexão de gênero ⁽⁸³⁾. Como podemos ver, o uso de projetos de decreto legislativo é um recurso que vem sendo utilizado também por deputados e deputadas contrários aos direitos das mulheres.

RADAR FEMINISTA NO CONGRESSO NACIONAL
EDUCAÇÃO E PESQUISA: 24 PROJETOS NOTICIADOS EM 2021

SUBTEMAS	CÂMARA	SENADO	TOTAL
Proíbe o uso de linguagem neutra	5	1	6
Sustam decretos, portarias e resoluções	5	1	6
Covid – medidas educacionais	0	2	2
Obrigatoriedade do ensino de moral e cívica e religioso	2	0	2
Obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro e indígena	1	0	1
Bolsas de estudo para cientistas mulheres e mães	1	0	1
Educação infantil – obrigatoriedade de divulgar demanda	1	0	1
Educação domiciliar – direito	1	0	1
Institui semana de valorização das mulheres na história	1	0	1
LDB – respeito à opção de gênero	1	0	1
Moderniza disciplina sobre discriminação e preconceito	1	0	1
Prioridade de vagas para mulheres com filhos	1	0	1
TOTAL	20	4	24

FONTE: CFEMEA (MARÇO/2022).



82 [PL nº 173/2021](#), [PL nº 2648/2021](#), [PL nº 2866/2021](#), [PL nº 2650/2021](#), [PL nº 211/2021](#) e [PL nº 2114/2021](#).

83 [PDL nº 1094/2018](#) e [PDL nº 252/2021](#).

Dentre os outros quatro projetos de decreto legislativo apresentados, três sustentam portaria do governo que interfere autoritariamente na escolha de livros didáticos ⁽⁸⁴⁾ e um trata de portaria que institui o Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares ⁽⁸⁵⁾. Entre os projetos de lei, um inclui o respeito à opção de gênero na LDB ⁽⁸⁶⁾.

PARTIDOS

RADAR FEMINISTA NO CONGRESSO NACIONAL EDUCAÇÃO E PESQUISA: 24 PROJETOS NOTICIADOS EM 2021			
PARTIDOS	CÂMARA	SENADO	TOTAL
Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)	4	0	4
Partido Social Liberal (PSL)	3	0	3
Partido Democrático Trabalhista (PDT)	3	0	3
Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)	2	0	2
Democratas (DEM)	0	2	2
Partido Liberal (PL)	1	1	2
Podemos	2	0	2
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	2	0	2
Movimento Democrático Brasileiro (MDB)	1	0	1
Partido Social Cristão (PSC)	1	0	1
Partido dos Trabalhadores (PT)	0	1	1
TOTAL	19	4	23

FONTE: CFEMEA (MARÇO/2022).

OBSERVAÇÃO: um projeto é de autoria do Executivo.



84 PDL nº 56/2021, PDL nº 86/2021 e PDL nº 72/2021.

85 PDL nº 643/2019.

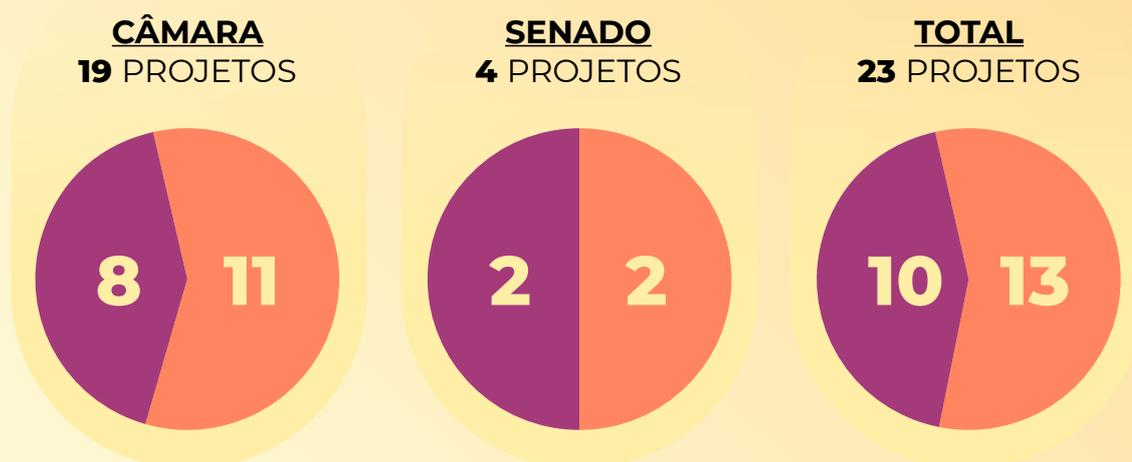
86 PL nº 80/2021.

AUTORIAS

No tema de educação e pesquisa, as mulheres apresentaram 10 projetos, e os homens, 13 projetos.

RADAR FEMINISTA NO CONGRESSO NACIONAL
EDUCAÇÃO E PESQUISA:
24 PROJETOS NOTICIADOS EM 2021

MULHERES HOMENS



FONTE: CFEMEA (MARÇO/2022).

OBSERVAÇÃO: um projeto é de autoria do Executivo.

QUEM SE DESTACOU?

Na Câmara, a deputada Tabata Amaral (PSB/SP) apresentou três projetos: um que susta portaria do governo sobre livros didáticos, outro que prioriza vagas nas escolas para mulheres com filhos e, por fim, um que institui a Semana de Valorização das Mulheres na História. Chris Tonietto (PSL/RJ) segue na cruzada contra o gênero: um projeto susta resolução do CNJ sobre o uso da flexão de gênero e outro proíbe o uso da linguagem neutra. Entre os homens, o deputado Alexandre Frota (PSDB/SP) apresentou dois projetos.

LGBTQIA+

No tema LGBTQIA+, o Radar Feminista noticiou 19 projetos.

19

PROJETOS FORAM APRESENTADOS EM 2021.

14

PROJETOS TÊM ORIGEM NA CÂMARA.

05

PROJETOS TÊM ORIGEM NO SENADO.

TIPOS DE PROJETOS

Dos 19 projetos noticiados pelo Radar Feminista no tema LGBTQIA+, 18 são projetos de lei e um é projeto de resolução da Câmara.

RADAR FEMINISTA NO CONGRESSO NACIONAL LGBTQIA+: 19 PROJETOS NOTICIADOS EM 2021			
TIPOS DE PROJETOS	CÂMARA	SENADO	TOTAL
PL (projeto de lei)	13	5	18
PRC ou PRS (projeto de resolução)	1	0	1
TOTAL	14	5	19

FONTE: CFEMEA (MARÇO/2022).

SUBTEMAS

Entre os 19 projetos noticiados no tema LGBTQIA+, a defesa dos direitos desta população se destaca como subtema, com 15 propostas. Quatro projetos restringem os direitos desta população.

RADAR FEMINISTA NO CONGRESSO NACIONAL
LGBTQIA+: 19 PROJETOS NOTICIADOS EM 2021

SUBTEMAS	CÂMARA	SENADO	TOTAL
Ampliam direitos a população LGBTQIA+	10	5	15
Restringem direitos a população LGBTQIA+	4	0	4
TOTAL	14	5	19

FONTE: CFEMEA (MARÇO/2022).

Nesse tema o Radar Feminista noticiou 15 projetos que ampliam e reconhecem os direitos das populações LGBTQIA+, entre outras coisas, assegurando o direito de registrar filhos e filhas e de doar sangue, instituindo prioridade em programa habitacional, possibilitando retificar o nome. Entre os 4 projetos que restringem direitos dessa população, os que proíbem banheiros unissex e o que criminaliza a transsexualização.

PARTIDOS

Neste tema, o PT está em primeiro lugar, com cinco projetos noticiados, seguido por PSDB e Rede, com quatro propostas cada.

RADAR FEMINISTA NO CONGRESSO NACIONAL
LGBTQIA+: 19 PROJETOS NOTICIADOS EM 2021

PARTIDOS	CÂMARA	SENADO	TOTAL
Partido dos Trabalhadores (PT)	4	1	5
Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)	4	0	4
Rede Sustentabilidade (Rede)	0	4	4
Avante	1	0	1
Partido Democrático Trabalhista (PDT)	1	0	1
Partido Popular (PP)	1	0	1
Partido Social Liberal (PSL)	1	0	1
Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)	1	0	1
Republicanos	1	0	1
TOTAL	14	5	19

FONTE: CFEMEA (MARÇO/2022).

AUTORIAS

As mulheres apresentaram 14 projetos e os homens, 5 projetos.

RADAR FEMINISTA NO CONGRESSO NACIONAL
LGBTQIA+: 19 PROJETOS NOTICIADOS EM 2021

MULHERES HOMENS



FONTE: CFEMEA (MARÇO/2022).

QUEM SE DESTACOU?

Na Câmara, a deputada Érika Kokay apresentou dois projetos de lei: um projeto de resolução para instituir prêmio para quem se destacar na promoção e proteção dos direitos humanos da população LGBTQIA+ ⁽⁸⁷⁾ e um projeto de lei sobre o direito à autodeterminação da identidade de gênero e à expressão de gênero ⁽⁸⁸⁾. Entre os homens, o deputado Alexandre Frota (PSDB/SP) apresentou dois projetos de lei: um para permitir a alteração no prenome e do gênero no registro civil ⁽⁸⁹⁾ e outro que estabelece a notificação compulsória no caso de violência contra a população LGBTQIA+ atendida em serviços de saúde ⁽⁹⁰⁾.

No Senado, o destaque fica mais uma vez com Fabiano Contarato, que apresentou quatro projetos, dispendo sobre a inclusão de perguntas sobre orientação sexual e identidade de gênero nos questionários do censo demográfico ⁽⁹¹⁾, proibindo a discriminação com base na orientação sexual de doadores de sangue ⁽⁹²⁾, garantindo o direito à retificação de nome ⁽⁹³⁾ e o direito de pessoas transexuais e travestis no cumprimento de pena em estabelecimentos prisionais ⁽⁹⁴⁾.

● ● ● ● ●

87 PRC nº 50/2021.

88 PL nº 3213/2021.

89 PL nº 92/2021.

90 PL nº 96/2021.

91 PL nº 420/2021.

92 PL nº 2353/2021.

93 PL nº 3394/2021.

94 PL nº 3395/2021.

DIREITOS HUMANOS

No tema dos direitos humanos, o Radar Feminista noticiou 31 projetos.

27

PROJETOS APRESENTADOS EM 2021.

04

PROJETOS DE ANOS ANTERIORES QUE TIVERAM ANDAMENTO EM 2021.

26

PROJETOS TÊM ORIGEM NA CÂMARA.

05

PROJETOS TÊM ORIGEM NO SENADO.

TIPOS DE PROJETOS

Dos 31 projetos noticiados pelo Radar Feminista no tema de direitos humanos, 23 são projetos de lei, sete são projetos de decreto legislativo e um é projeto de lei complementar.

RADAR FEMINISTA NO CONGRESSO NACIONAL DIREITOS HUMANOS: 31 PROJETOS NOTICIADOS EM 2021			
TIPOS DE PROJETO	CÂMARA	SENADO	TOTAL
PL (projeto de lei)	20	3	23
PDL (projeto de decreto legislativo)	5	2	7
PLP (projeto de lei complementar)	1	0	1
TOTAL	26	5	31

FONTE: CFEMEA (MARÇO/2022).

SUBTEMAS

Dos 31 projetos no tema de direitos humanos noticiados pelo Radar Feminista, 19 tratam de crianças e adolescentes e sete sustentam portarias e decretos do Executivo.

RADAR FEMINISTA NO CONGRESSO NACIONAL DIREITOS HUMANOS: 31 PROJETOS NOTICIADOS EM 2021			
SUBTEMAS	CÂMARA	SENADO	TOTAL
Crianças e adolescentes	18	1	19
Sustação de portarias e decretos	5	2	7
Assento preferencial	1	0	1
Criminalização de grupos supremacistas brancos	1	0	1
Reformulação da Lei de Segurança Nacional	0	1	1
Veda comemoração do golpe de 1964	0	1	1
Volta do uso da expressão: “pessoa idosa”	1	0	1
TOTAL	26	5	31

FONTE: CFEMEA (MARÇO/2022).

No tema de direitos humanos, os projetos que tratam de crianças e adolescentes foram os mais citados pelo Radar Feminista. Entre os 19 projetos apresentados, estão os que sugerem apoio para crianças e adolescentes órfãs da pandemia ⁽⁹⁵⁾, treinamento de primeiros-socorros para os pais ⁽⁹⁶⁾, os que asseguram o direito a diferentes exames de detecção precoce de anomalias ⁽⁹⁷⁾, os que criam programas de assistência ⁽⁹⁸⁾, estabelecem prioridade de matrícula para crianças com deficiência ⁽⁹⁹⁾ e tratam do direito do lactante à mãe ou do direito da mãe de amamentar seu bebê ⁽¹⁰⁰⁾.

O subtema da alienação parental foi objeto de mais um projeto: o [PL nº 2287/2021](#), que dispõe sobre as garantias do genitor durante a gestação e o parto, alterando a [Lei nº 12.318/2010](#) (Lei de Alienação Parental).



95 [PL nº 2248/2021](#), [PL nº 2932/2021](#), [PL nº 2956/2021](#) e [PL nº 3109/2021](#).

96 [PL nº 3729/2021](#) e [PL nº 3387/2021](#).

97 [PL nº 444/2021](#), [PL nº 1655/2019](#) e [PL nº 3681/2021](#).

98 [PL nº 876/2021](#) e [PL nº 516/2021](#).

99 [PL nº 2880/2021](#).

100 [PL nº 2846/2021](#).

Em dezembro de 2021, a Câmara aprovou o **Projeto de Lei nº 7352/17** (na origem, PLS nº 19/2016), que muda as regras sobre alienação parental. A proposta tramitou com outras 18 apensadas ⁽¹⁰¹⁾. De acordo com o **substitutivo aprovado**, será proibido ao juiz conceder alteração da guarda ou determinar guarda compartilhada que favoreça genitor investigado ou com processo em andamento pela prática de crime contra a criança ou o adolescente ou violência doméstica.

O substitutivo aprovado também inclui novo artigo na lei, para deixar claro que ela não se aplica a favor do genitor que estiver sendo parte na tramitação de inquéritos e processos relativos à violência física, psicológica ou sexual contra criança e adolescente ou mesmo de violência doméstica ou sexual. Com as modificações feitas na Câmara, a proposta volta a ser debatida no Senado.

A Lei de Alienação Parental tem recebido duras críticas do movimento feminista ⁽¹⁰²⁾, pois tem sido utilizada como mais uma forma de violência contra as mulheres, encobrindo a discriminação existente contra elas nos processos judiciais e forjando álibi para violadores de crianças e mulheres ⁽¹⁰³⁾.

No tema dos direitos humanos, tivemos vários projetos de decreto legislativo apresentados em 2021 com o objetivo de sustar a **Portaria nº 457, de 10 de fevereiro de 2021**, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que institui grupo de trabalho para revisar a Política Nacional de Direitos Humanos ⁽¹⁰⁴⁾.

Sustar o Decreto nº 9.831, de 10 de junho de 2019, que desmonta o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), foi objeto do **PDL nº 389/2019** e das outras cinco propostas que tramitam apensadas ⁽¹⁰⁵⁾. Em 2021, o PDL foi distribuído à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e aguarda a designação de um relator ou uma relatora. Na CTAS, foi aprovado o **parecer pela sua aprovação e dos apensados**.



101 PL nº 1079/2015, PL nº 8010/2017, PL nº 9706/2018, PL nº 9785/2018, PL nº 10562/2018, PL nº 10402/2018, PL nº 4769/2019, PL nº 567/2020, PL nº 3121/2020, PL nº 4729/2020, PL nº 5588/2020, PL nº 10182/2018, PL nº 10712/2018, PL nº 1771/2019, PL nº 6371/2019, PL nº 7569/2014 e PL nº 2577/2015.

102 Uma leitura feminista da alienação parental: percepções sobre o contexto de violência doméstica e intrafamiliar.

103 Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/alienacao-parental-uma-nova-forma-de-violencia-contra-mulher/>>. Acesso em: 17 mar. 2022.

104 PDL nº 112/2021, PDL nº 16/2021, PDL nº 18/2021.

105 PDL nº 390/2019, PDL nº 392/2019, PDL nº 393/2019, PDL nº 396/2019 e PDL nº 402/2019.

Outros projetos de decreto legislativo apresentados sustam um decreto que dispõe sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa ⁽¹⁰⁶⁾, uma portaria que institui GT sobre crianças e jovens indígenas em situação de vulnerabilidade ⁽¹⁰⁷⁾ e os efeitos das portarias que anularam anistias políticas concedidas entre 2002 e 2006 ⁽¹⁰⁸⁾. Um PL solicita a volta do uso da expressão pessoa idosa ⁽¹⁰⁹⁾.

Vale destacar que o CNDH segue resistindo, vide a **Resolução nº 2/2021**, que cria a Comissão Especial sobre Participação Social no âmbito do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, com o objetivo de fortalecer a participação social na implementação da Política Nacional de Direitos Humanos, criando e possibilitando mecanismos de ações coordenadas entre as diversas pautas nacionais.

PARTIDOS

No tema dos direitos humanos, o partido com mais projetos noticiados no Radar Feminista foi o PT, com nove projetos, seguido por PSDB (seis), Cidadania (três) e PSB, PDT e Republicanos, com dois projetos cada.

RADAR FEMINISTA NO CONGRESSO NACIONAL DIREITOS HUMANOS: 31 PROJETOS NOTICIADOS EM 2021			
PARTIDOS	CÂMARA	SENADO	TOTAL
Partido dos Trabalhadores (PT)	7	2	9
Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB)	6	0	6
Cidadania	3	0	3
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	2	0	2
Partido Democrático Trabalhista (PDT)	1	1	2
Republicanos	2	0	2
Partido Liberal (PL)	1	0	1
Podemos	1	0	1
Partido Popular (PP)	1	0	1
Partido Republicano da Ordem Social (PROS)	0	1	1
Partido Social Democrático (PSD)	1	0	1
Partido Social Liberal (PSL)	1	0	1
Rede Sustentabilidade (Rede)	0	1	1
TOTAL	26	5	31

FONTE: CFEMEA (MARÇO/2022).



106 PDL nº 100/2021.

107 PDL nº 151/2021.

108 PDL nº 138/2021.

109 PL nº 151/2021.

AUTORIAS

No tema dos direitos humanos, as mulheres apresentaram 13 projetos, e os homens, 18 projetos.

RADAR FEMINISTA NO CONGRESSO NACIONAL
LGBTQIA+: 19 PROJETOS NOTICIADOS EM 2021

MULHERES HOMENS



FONTE: CFEMEA (MARÇO/2022).

QUEM SE DESTACOU?

Na Câmara, a deputada Maria do Rosário (PT/RS) foi quem mais teve projetos citados pelo Radar Feminista. Entre as cinco propostas apresentadas, quatro projetos de decreto legislativo sustam decretos e portarias do governo que enfraquecem a política de direitos humanos ⁽¹¹⁰⁾ e um projeto de lei institui pensão para crianças órfãs da Covid ⁽¹¹¹⁾. A deputada Paula Belmonte (Cidadania/DF) aparece em segundo lugar, com dois projetos de lei que criam programas de apoio à infância ⁽¹¹²⁾. Entre os deputados, Alexandre Frota (PSDB/SP) teve dois projetos noticiados nesse tema: priorizando a matrícula de crianças com deficiência em creches e estabelecendo a obrigatoriedade de curso de primeiros-socorros para os pais ⁽¹¹³⁾.

No Senado, Fabiano Contarato (Rede/ES) apresentou projeto de lei para vedar homenagens e comemorações alusivas aos agentes públicos responsáveis por violações de direitos humanos e a utilização de bens públicos para a exaltação ao golpe militar de 1964 ⁽¹¹⁴⁾. Triste do país que precisa de propostas como esta.



¹¹⁰ PDL nº 138/2021, PDL nº 389/2019, PDL nº 16/2021 e PDL nº 100/2021.

¹¹¹ PL nº 2932/2021.

¹¹² PL nº 516/2021 e PL nº 876/2021.

¹¹³ PL nº 2880/2021 e PL nº 3387/2021.

¹¹⁴ PL nº 1145/2021.

UM RÁPIDO OLHAR SOBRE OS REQUERIMENTOS E AS INDICAÇÕES NOTICIADOS PELO RADAR FEMINISTA NO CONGRESSO NACIONAL EM 2021

Na Câmara e no Senado, para além dos projetos legislativos propriamente ditos, existem diversas proposições que, se apresentadas, podem impulsionar ou travar o andamento e o debate dos diferentes projetos em tramitação. São requerimentos de urgência, para adiar discussão, para tramitação em conjunto, para a realização de sessão solene ou audiência pública, requerimentos de informações e indicações, entre outros, que têm sido usados como instrumentos de pressão.

Em 2021, esses recursos foram bastante utilizados também no campo dos direitos das mulheres: foram 156 proposições noticiadas pelo Radar Feminista. A maior parte é constituída por requerimentos que solicitam a realização de audiências públicas, sessões solenes, sessões especiais ou seminários (59), requerimentos de urgência (25), indicações (15) ou requerimentos de coautoria (12).

Os temas que mais foram objeto de tais requerimentos e indicações foram: violência contra as mulheres (48), poder e política (32), aborto (24), saúde das mulheres (16) e direitos sexuais e direitos reprodutivos e direitos humanos, com 12 proposições cada. Educação e pesquisa (6), LGBTQIA+ (5) e trabalho e previdência (1) fecham o quadro.

Os partidos que mais apresentaram requerimentos e indicações, entre as proposições noticiadas pelo Radar Feminista, foram: PT (26), PSL (22), PSDB (18), DEM (17), PSOL (15) e PP (10), seguidos por Republicanos (8), Podemos (7), MDB e PSB (6), Cidadania e PDT (4), PL (3), PSD e PTB (2), Patriota, PCdoB, PROS e PV (1). Duas proposições foram apresentadas por comissões.

As deputadas que mais recorreram a esse recurso foram: Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO) (15), Teresa Nelma (PSDB/AL) (14), Chris Tonietto (PSL/RJ) (12) e Érika Kokay (PT/DF) (10). Entre os homens, o destaque fica com Diego Garcia (Podemos/PR) (7), seguido do Capitão Alberto Neto (Republicanos/AM) (5).

ANEXO

LEGISLAÇÕES

APROVADAS

Lei nº 14.275, de 23 de dezembro de 2021:

Dispõe sobre medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19 (Lei Assis Carvalho II).

Lei nº 14.245, de 22 de novembro de 2021:

Para coibir a prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas e para estabelecer causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo (Lei Mariana Ferrer).

Lei nº 14.232, de 28 de outubro de 2021:

Institui a Política Nacional de Dados e Informações relacionadas à Violência contra as Mulheres (PNAINFO).

Mensagem do veto.

Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021:

Institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual; determina que as cestas básicas entregues no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) deverão conter como item essencial o absorvente higiênico feminino.

Mensagem do veto.

Lei nº 14.211, de 1º de outubro de 2021:

Altera o Código Eleitoral e a Lei das Eleições para ajustar a sua redação à vedação constitucional de coligações nas eleições proporcionais; para fixar critérios para a participação dos partidos e dos candidatos na distribuição dos lugares pelo critério das maiores médias nas eleições proporcionais; e para reduzir o limite de candidatos que cada partido poderá registrar nas eleições proporcionais.

Mensagem do veto.

Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021:

Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher; altera o Código Eleitoral, a Lei dos Partidos Políticos e a Lei das Eleições, para dispor sobre os crimes de divulgação de fato ou vídeo com conteúdo inverídico no período de campanha eleitoral, para criminalizar a violência política contra a mulher e para assegurar a participação de mulheres em debates eleitorais proporcionalmente ao número de candidatas às eleições proporcionais.

Lei nº 14.190, de 29 de julho de 2021:

Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, para determinar a inclusão, como grupo prioritário no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19, de gestantes, puérperas e lactantes, bem como de crianças e adolescentes com deficiência permanente, com comorbidade ou privados de liberdade.

Lei nº 14.188, de 28 de julho de 2021:

Define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher; altera o Código Penal para modificar a modalidade da pena da lesão corporal simples cometida contra a mulher por razões da condição do sexo feminino e para criar o tipo penal de violência psicológica contra a mulher.

Lei nº 14.171, de 10 de junho de 2021:

Estabelece medidas de proteção à mulher provedora de família monoparental em relação ao recebimento do auxílio emergencial.

Lei nº 14.164, de 10 de junho de 2021:

Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher.

Lei nº 14.154, de 26 de maio de 2021:

Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para aperfeiçoar o Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN), por meio do estabelecimento de rol mínimo de doenças a serem rastreadas pelo teste do pezinho.

Lei nº 14.151, de 12 de maio de 2021:

Dispõe sobre o afastamento da empregada gestante das atividades de trabalho presencial durante a emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do novo coronavírus.

Lei nº 14.149, de 5 de maio de 2021:

Institui o Formulário Nacional de Avaliação de Risco, a ser aplicado à mulher vítima de violência doméstica e familiar.

Lei nº 14.138, de 16 de abril de 2021:

Permite, em sede de ação de investigação de paternidade, a realização do exame de pareamento do código genético (DNA) em parentes do suposto pai, nos casos em que especifica.

Lei nº 14.132, de 31 de março de 2021:

Acrescenta o artigo ao Código Penal para prever o crime de perseguição e revoga o artigo da Lei das Contravenções Penais.

Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021:

Institui o Programa Casa Verde e Amarela.
Mensagem do veto.

Decreto nº 10.906, de 20 de dezembro de 2021:

Institui o Plano Nacional de Enfrentamento ao Femicídio.

Decreto nº 10.860, de 19 de novembro de 2021:

Delega ao Ministro de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos as competências referentes ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e ao Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

Decreto nº 10.784, de 31 de agosto de 2021:

Institui Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de propor a instituição do Programa de Enfrentamento ao Escalpelamento.

Decreto nº 10.783, de 31 de agosto de 2021:

Altera o Decreto nº 10.570, de 9 de dezembro de 2020, que institui a Estratégia Nacional de Fortalecimento dos Vínculos Familiares e o seu Comitê Interministerial.

Decreto nº 10.774, de 23 de agosto de 2021:

Convoca a V Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

Decreto nº 10.701, de 17 de maio de 2021:

Institui o Programa Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes e a Comissão Intersectorial de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes.

Decreto nº 10.688, de 26 de abril de 2021:

Institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a lei que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e de empreendimentos familiares rurais.

Decreto nº 10.604, de 20 de janeiro de 2021:

Altera o decreto que consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática da pessoa idosa.

Decreto nº 10.622, de 9 de fevereiro de 2021:

Institui o Comitê Gestor da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas e dispõe sobre a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas e o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas.

Decreto nº 10.643, de 3 de março de 2021:

Altera o decreto que dispõe sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.

Decreto nº 10.645, de 11 de março de 2021:

Dispõe sobre as diretrizes, os objetivos e os eixos do Plano Nacional de Tecnologia Assistiva.

Decreto nº 10.932, de 10 de janeiro de 2022:

Promulga a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância.

Decreto nº 10.931, de 10 de janeiro de 2022:

Institui o Comitê Gestor dos Planos de Enfrentamento da Covid-19 para os povos indígenas.



Apoio:

